PUBLICIDADE LEGAL

UNICASA **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** UCAS B3 LISTED NM

NIRE nº 43300044513-RS - CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2022, às 13:30 horas, de modo exclusivamente digital ("AGOE"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente; b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c. Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; d. Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e. Deliberar sobre a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e f. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2022. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Deliberar sobre proposta da administração de alteração do artigo 29º, alíneas a e b do estatuto social da Companhia, conforme detalhada no quadro comparativo constante no Anexo VI da Proposta de Administração divulgada ao mercado; b. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração acima, nos termos do Anexo VII da Proposta de Administração divulgada ao mercado; e, c. Aprovar os jornais para publicação dos atos legais da Companhia. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/09. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa. Conforme disposto no artigo 5º, §3º da Instrução CVM 481/09, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 23 de abril de 2022. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Em cumprimento à Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado com antecedência. A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/09, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), e de Relações com Investidores da Unicasa (http://ri.unicasamoveis.com.br). Bento Gonçalves, RS, 28 de março de 2022. **Gelson Luís Rostirolla -** Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC
Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO Google play
DISPONÍVEL NA App Store

PUBLICIDADE LEGAL

Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.

CNPJ/ME 13.289.882/0001-07 - NIRE 4.330.005.852-2

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia **29 de abril de 2022, às 10h30,** exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital Zoom Meeting, para analisar e votar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b.** Aprovar a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **c.** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **d.** Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; **e.** Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores, nos termos do artigo 7º, inciso III, do Estatuto Social da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** a. Aprovação da alteração da cláusula 5ª do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social mediante a capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), com emissão de novas ações correspondentes ao aumento. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporategovernance@cpfl.com.br com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastro prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** A Companhia aceitará cópias simples de procurações outorgadas no Brasil sem reconhecimento de firma em cartório e serão aceitas, em caráter excepcional, procurações eletrônicas assinadas digitalmente observadas as condições acima. **4.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado.

Porto Alegre, 20 de abril de 2022

André Luiz Gomes da Silva - Presidente do Conselho de Administração

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

LCBC IMÓVEIS S/A - Avenida Rio Grande, 570 - Cassino - na cidade de Rio Grande/RS. NIRE (Jucergs) nº 43 3 0004043 7, CNPJ nº 04.137.830/0001-16 - (Companhia Fechada). **Assembleia Geral de Acionistas – CONVOCAÇÃO -** Ficam os senhores acionistas da LCBC IMÓVEIS S.A ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada exclusivamente de forma digital, no dia 29 de abril de 2022, às 10h30min, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1.** Examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; **3.** Fixação da remuneração anual global da Diretoria; **4.** Assuntos gerais. A assembleia geral ordinária será realizada de forma exclusivamente digital, via videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams". Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico, pessoalmente ou por procurador constituído. No caso de participação por meio de procurador, a respectiva procuração deve ser encaminhada para a Companhia, pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br, com a maior antecedência possível, e no máximo em até 30 (trinta) minutos antes da hora da assembleia. O voto poderá ser exercido, ainda, via Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), enviado pelo acionista à Companhia pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br em até 3 (três) dias antes da data da assembleia. O envio do Boletim não impede o acionista de se fazer presente à assembleia e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o Boletim enviado será desconsiderado. O modelo do Boletim, os documentos necessários à representação dos Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como instruções completas para a participação na assembleia foram enviadas por correio eletrônico a todos os acionistas da Companhia. Rio Grande/RS,19 de abril de 2022. Osvaldo Luiz Cramer De Otero, Diretor; Nagib Mohamad Lemos Ahmad, Diretor; e, Marcela Fossati Otero, Diretora.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA **ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** 1. **Data, hora e local:** Realizada em 03 de março de 2022, às 14:00horas na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. 2. **Presenças e mesa**: A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tendo sido presidida pelo Sr. Péricles Pereira Druck. 3. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021. 4. **Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021, deliberou: i. Aprovar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia, no valor total de R$ 15.891.743,24 (Quinze milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), correspondentes a R$ 0,0634698 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de março de 2022 ("Dividendos Intercalares – 4º Trimestre"). Os Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2021, conforme faculta o supracitado artigo 29, *caput*, do Estatuto Social da Companhia; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora aprovados, juntamente com os Dividendos Intercalares declarados referentes aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2021, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia e atende a "*Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio*" da Companhia. iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas *exproventos* em relação aos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre a partir de 09 de março de 2022 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre será realizado até 30 de março de 2022. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que foi por todos assinada. (assin.: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). 6. **Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de março de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8224902 em 04/04/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 221078525 - 02/04/2022. Autenticação: E6DBA-3EB419A78D9F598977E1768ED1D78FA32A4. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 03 de março de 2022, às 14,30 horas, na Avenida Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, por vídeo conferência. 2. **PRESENÇAS E MESA**: A reunião contou com a totalidade dos membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Péricles Pereira Druck. 3. **ORDEM DO DIA:** Aprovar a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras referente ao 4T21. 4. **DELIBERAÇÃO**: Tomada por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29, do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2021, no montante total de R$ 14.031.767,35. Considerando as deliberações já realizadas durante o ano de 2021, sendo destinado um saldo de R$ 1.025.571,24. 5. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Eurito de Freitas Druck, Paulo Sergio Viana Mallmann, Paulo Iserhard e Roberto Faldini). 6. **DECLARAÇÃO:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de março de 2022. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 8224905 em 04/04/2022 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 221078673 - 02/04/2022. Autenticação: CBEE1E-7A732FF21482BF8FBEBEEFDD6C5BE628B7. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Bem Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF 17.550.101/0001-39
NIRE: 433 000 555 15

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2022

DATA LOCAL e HORA: Aos 05 dias do mês de abril de 2022, às 16:30 horas, reunião realizada por videoconferência. **PRESENÇA**: Na presença da única acionista da Companhia BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S/A, com sede à na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 5º e 8º andares, CEP: 90.010-001, inscrita no CNPJ 10.397.031/0001-81, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social. **CONVOCAÇÃO:** Em virtude da presença da acionista, foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §4° do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa foi composta pelo Sr. Bruno Fronza- Presidente; e Sr. Juliano Mirapalheta Sangoi – Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **a)** Aprovação do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **b)** Deliberar sobre a destinação do Resultado do Exercício de 2021; **c)** Reeleição da Diretoria; **d)** Deliberar sobre a Remuneração Global; e, **e)** Jornais de Publicação. **DELIBERAÇÕES:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes na Ordem do Dia, a acionista da Companhia, sem quaisquer restrições, deliberou e aprovou o seguinte: a) A acionista aprovou o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras foram publicadas de forma eletrônica, conforme disposto no Art. 294 da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021. b) A acionista aprovou a destinação para distribuição de dividendos do montante de R$ 830.922,42 (oitocentos e trinta mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos), correspondente ao total do lucro líquido apurado no exercício de 2021, já deduzido do valor destinado para constituição da reserva legal. c) A acionista reelegeu os membros da Diretoria cujo mandato vigerá até a Assembleia Geral Ordinária de 2023: o Sr. **Gustavo Fiuza Lima de Souza**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 24.781.100-2, expedida pela SSPSP, inscrito no CPF 260.136.758-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Mergenthelar, nº 345, apto. 162, Torre 2E, CEP: 05311-030; e Sr. **Bruno Fronza**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade nº 7000765722, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrito no CPF 216.917.110-04, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Pedro Chaves Barcellos, nº 961, apartamento nº 801, bairro Bela Vista – CEP 90450-010. d) Aprovada a manutenção do valor da remuneração global anual da Administração, até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, no montante de até R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), cuja distribuição será determinada pelo Conselho de Administração da Acionista Controladora. e) Foi ratificada a publicação dos Atos Societários no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta Ata na forma sumária, a qual foi aprovada e assinada de forma eletrônica pelos acionistas representando a totalidade do capital da Companhia.**ASSINATURAS ELETRONICAS**: Sr. Bruno Fronza, Presidente da Mesa; Sr. Juliano Mirapalheta Sangoi, Secretário; Acionista: BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. **DECLARAÇÃO**: Declaramos que a presente ata é cópia fiel da transcrita em livro próprio. Porto Alegre, RS, 05 de abril de 2022. **Bruno Fronza** - Presidente da Mesa - assinado eletronicamente, **Juliano Mirapalheta Sangoi** - Secretário - assinado eletronicamente. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul**. Certifico registro sob o nº 8247614 em 20/04/2022 da Empresa BEM CORRETORA DE SEGUROS S/A, CNPJ 17550101000139 e protocolo 221256148 - 19/04/2022. Autenticação: 23B313C97E368C3627C177F3135A3A1CBABD124. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

agencias@jornaldocomercio.com.br
comercial@jornaldocomercio.com.br
(51) 3213-1333 / 3213-1338
(51) 99649-0062

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A.

CNPJ nº 92.660.604/0001-82 - NIRE 43 3 0000648 4 - Companhia Fechada

Relatório da Administração

Companhia: A Yara Brasil Fertilizantes S.A. ("Companhia", "Yara Brasil" ou "Yara") é uma controlada da Yara International ASA, empresa fundada em 1905 na Noruega que possui presença mundial, com cerca de 17 mil funcionários e venda para mais de 160 países. Está listada na bolsa de valores de Oslo, Noruega e em 2021, registrou receita de US$ 16,6 bilhões. A Yara, líder mundial em nutrição de plantas, cultiva conhecimento para alimentar o mundo e proteger o planeta de forma responsável. Para concretizar esses compromissos, lidera o desenvolvimento de ferramentas agrícolas digitais destinadas à agricultura de precisão e trabalha em estreita colaboração com seus parceiros em toda a cadeia de valor de alimentos com o objetivo de desenvolver soluções sustentáveis e ser a empresa de nutrição de plantas do futuro. No Brasil, a Yara contribui para desenvolver a agricultura nacional, contemplando em suas soluções nutricionais todos os solos e culturas. A empresa também fornece soluções industriais para a redução de poluentes, melhorando a qualidade do ar das cidades. Presente no País desde a década de 1970, a empresa possui sede em Porto Alegre e escritório em São Paulo, sete fábricas de produção (sendo uma delas de fertilizante líquido) e 14 unidades misturadoras de fertilizantes próprias, com presença nos principais polos de produção agrícola. As fábricas consistem em uma unidade de acidulação e granulação na cidade de Rio Grande (RS), uma unidade de granulação em Ponta Grossa (PR), uma unidade de ácido sulfúrico em Paulínia, uma unidade de acidulação, granulação e ácido sulfúrico em Cubatão (SP) que produzem fertilizantes básicos fosfatados (Super Fosfato Simples - SSP e Super Fosfato Triplo - TSP) e outros fertilizantes complexos (NPK no mesmo grânulo), bem como ácido sulfúrico para a indústria. A fábrica de Sumaré produz fertilizantes líquidos para aplicação foliar, no solo ou como revestimento de produtos NPK adicionando micronutrientes aos grânulos. Além disso, a Yara possuí outras duas fábricas em Cubatão (SP) sendo uma voltada para produção de nitrogenados para o segmento industrial e de fertilizantes, produzindo amônia e derivados, tais como ácido nítrico, nitrato de amônio tanto técnico quanto fertilizante. Uma delas também produz ácido sulfúrico, ácido fosfórico e fosfatados de alta concentração (Fosfato Monoamônico - MAP e Yarabasa). A capacidade instalada de produção de fertilizantes básicos é de aproximadamente 2,0 milhões toneladas por ano, os quais são usados nas misturas para formulações NPK que são entregues ao consumidor final. A Companhia conta com porto próprio na unidade de Rio Grande, que utiliza para a logística de produtos. Nas unidades misturadoras, fertilizantes básicos adquiridos de fornecedores nacionais e do exterior são misturados (mistura física de grânulos), ensacados e entregues aos clientes. A história da Yara no Brasil iniciou em 1977, ainda como Norsk Hydro, com escritório no Rio de Janeiro (RJ). Naquela época, o foco era a comercialização de fertilizantes para fertirrigação. Os negócios prosperaram em 2000 com a aquisição da Adubos Trevo e com o estabelecimento da sede em Porto Alegre (RS). Mais tarde, em 2006, a Yara adquiriu também a Fertibrás. Em 2013, atingiu a liderança no Brasil com a aquisição do negócio de fertilizantes da Bunge. Em 2014, adquiriu 60% da empresa brasileira Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A. ("Galvani"), criando uma *joint venture* para incrementar sua participação na cadeia de produção de fertilizantes fosfatados, reduzindo a dependência de fertilizantes importados no Brasil. Em julho de 2019, Yara e Galvani encerram a *joint venture*, havendo a separação dos ativos da companhia. Com isso, passaram ao controle da Yara as operações de Paulínia (SP), responsável pela acidulação, produção de fertilizantes fosfatados e misturas, e o Projeto de Serra do Salitre, complexo minero industrial integrado de mineração e beneficiamento de rocha fosfática, acidulação, produção de fertilizantes fosfatados e misturas NPK. Com investimento total de R$ 5 bilhões, o Projeto de Serra do Salitre estava dividido em duas fases: a primeira, de mineração e beneficiamento, já em operação; e a segunda, de operações químicas para produção, com previsão para ser inaugurada em 2023. Ainda em 2016, para acompanhar o consistente crescimento do mercado agrícola brasileiro, a Companhia anunciou o investimento de R$ 2 bilhões no complexo de Rio Grande (RS). O projeto amplia e moderniza o complexo industrial, que contempla píer próprio com ligação com o modal ferroviário, uma fábrica de produção, um conjunto de misturadoras de fertilizantes e armazéns de depósito de produtos. Em novembro de 2017, a Yara assinou um acordo para adquirir a Vale Cubatão Fertilizantes Ltda., em Cubatão (SP), reforçando sua relevância no mercado de fertilizantes e visando seu crescimento no segmento industrial. A transação, de US$ 255 milhões, foi concluída em maio de 2018 e inclui um robusto complexo de nitrogênio e fosfatos com uma capacidade de produção anual de aproximadamente 200 mil toneladas de amônia, 600 mil toneladas de nitratos (divididos entre o segmento de fertilizantes e industrial) e 980 mil toneladas de fertilizantes fosfatados. Em março de 2018, a Yara inaugurou a nova fábrica de YaraVita em Sumaré, a primeira da empresa voltada para produção dos fertilizantes foliares e micronutrientes fora da Europa, adotando as mesmas tecnologias fabris e seguindo os altos padrões internacionais da empresa. Esses padrões estabelecem uma criteriosa seleção de matérias-primas que, associada à tecnologia de formulação da Yara, garantem ao agricultor uma alta performance agronômica com sustentabilidade ambiental. Em dezembro de 2020 a Yara incorporou a Gics Industria e Comércio e Serviços Ltda., antiga Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., a qual era detentora de 100% de seu capital. Composta pelas Fábricas de Paulínia (responsável pela acidulação, produção de fertilizantes fosfatados e misturas), e Serra do Salitre (atualmente mineração e beneficiamento de rocha fosfática). Em 2021 a Yara decidiu encerrar parcialmente suas operações na planta de Paulínia, mantendo em operação apenas o segmento industrial para produção de ácido sulfúrico. Em 2021 a Yara concluiu seu projeto no complexo de Rio Grande, dobrando sua capacidade de produção, mistura e expedição de fertilizantes, se tornando o maior e mais moderno complexo industrial de fertilizantes da América Latina. Com capacidade para suprir a demanda dos agricultores brasileiros de vários estados nos próximos 25 anos, esse projeto significa um grande passo frente ao potencial de crescimento do mercado no Brasil. Em 01 de agosto de 2021 a Eurochem assinou um acordo de compra de ações com a Yara Brasil Fertilizantes S.A. para venda do projeto de mineração e beneficiamento de fosfato em Serra do Salitre com contraprestação em dinheiro no valor de R$ 2,1 bilhões equivalente a USD 410 milhões. A transação deve ser concluída no prazo de seis meses a partir da data de assinatura do acordo. Os ativos e passivos do projeto de mineração de Salitre estão classificados como disponível para venda. **Recursos Humanos:** Com aproximadamente 7.300 colaboradores, a Yara Brasil, possui diretrizes que visam a geração de um ambiente corporativo diverso, que estimule o desenvolvimento pessoal e profissional de seus colaboradores. Desde 1910, o barco Viking tem sido parte do logotipo da Yara. Ele anuncia as origens norueguesas da empresa e de sua cultura. A ambição, curiosidade, colaboração e responsabilidade são os valores da empresa e as palavras que melhor caracterizam a forma de como os colaboradores da Yara trabalham em conjunto e em prol de sua missão de alimentar o mundo e proteger o planeta de forma sustentável. **Mercado:** As entregas de fertilizantes no mercado brasileiro atingiram em 2021 cerca de 46 milhões de toneladas, um crescimento de 13,8 p.p em comparação ao ano anterior. Foi mais um crescimento exponencial do mercado de fertilizantes que já tinha apresentado um crescimento de 12 p.p em 2020, demonstrando mais uma vez o cenário positivo para o agronegócio no Brasil, motivando o produto brasileiro a expandir sua área cultivada e, acima de tudo, a aumentar o investimento em adubação por hectare para os principais cultivos. Salvas exceções onde houve algum problema de produtividade, foi mais um ano onde o produtor teve uma elevada rentabilidade, beneficiado pelo elevado preço das commodities agrícolas no Brasil. O mercado de fertilizantes no Brasil tem crescido à uma taxa elevada, de 3 p.p a 5 p.p por ano, desde 2014, muito em função da disponibilidade da área para expansão do cultivo da Soja e Milho na região do Cerrado brasileiro (Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e MAPITOBA), que segue crescendo por conta da rentabilidade atrativa dos grãos e de desenvolvimento de novas práticas de cultivo e insumos (sementes, defensivos e fertilizantes) cada vez mais adaptados às condições climáticas das regiões. A alta participação do custo das matérias-primas no custo total dos fertilizantes finais faz com que o preço de venda das misturas acompanhe as variações no custo das matérias-primas, a fim de manter a margem bruta em níveis suficientes para cobrir as despesas operacionais, custos de administração, custos financeiros e remuneração do capital investido. O mercado tem baixas barreiras de entrada. Estas condições fazem com que o mercado seja altamente competitivo na formação de preço. Dentro deste contexto, a Yara Brasil Fertilizantes procura se diferenciar através da produção de produtos de qualidade superior, excelente nível de serviço ao cliente e um portfólio de produtos que fornece um nível tecnológico superior aos fertilizantes tradicionais, bem como eficiência na distribuição logística do produto. **Resultados:** O volume entregue em 2021 ao consumidor foi de 10.7 milhões de toneladas, sendo 8.7 do segmento de fertilizantes e 2.0 milhões do segmento industrial. O volume entregue em 2020 foi 10.1 milhões de toneladas na Controladora e Consolidado. **Perspectivas para os períodos futuros:** A expectativa para os próximos anos é dar continuidade na expansão da área plantada de grãos no Brasil, assim como tem acontecido nos últimos anos. Com a crescente demanda asiática por produtos agrícolas, especificamente para Soja, e a limitação da disponibilidade de área agricultável no mundo, a expectativa é que o Brasil, privilegiado pela combinação de clima e disponibilidade de área agricultável, continue o a ser um dos principais responsáveis por atender esta demanda. A rentabilidade atrativa da agricultura deve continuar a atrair investimentos em tecnologia com o objetivo de continuar a elevar a produtividade no campo, o que deve continuar a impactar positivamente na demanda de fertilizantes não somente no volume utilizado, mas também em produtos mais eficientes que continuem a suportar o incremento de produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas. Outro fator importante para continuidade da expansão do agronegócio é a continuidade de investimentos em infraestrutura de transporte e armazenamento de produtos e insumos agrícolas. A boa performance do setor deve continuar a incentivar as construções de ferrovias e de estrutura portuária, com o objetivo de reduzir os elevados custos operacionais no país, deixando o agricultor brasileiro ainda mais competitivo em comparação a outros players globais. O Brasil desempenha um papel altamente estratégico nos negócios da Yara, sendo responsável por um terço do volume e um quarto do faturamento global da empresa. Isso significa interagir com mais de 25 mil produtores rurais. Nesse contexto, a Companhia investe em soluções competitivas e sustentáveis para todos os tipos de culturas e solos encontrados aqui. Apesar dos indicadores não animadores para a economia brasileira, a Companhia segue confiante na solidez dos fundamentos do agronegócio brasileiro. Para ajudar o agricultor brasileiro na busca por produtividade, parte dos investimentos estão direcionados a novas unidades e fábricas mencionadas. Por meio de projetos, investimentos e de uma posição de referência no mercado, a Yara segue apostando no Brasil, contribuindo para o crescimento da agricultura de forma sustentada, com forte valor agregado ao agricultor - seja pelo *know-how* que disponibiliza ou pela qualidade superior de seu portfólio. **Agradecimentos:** Agradecemos a parceria de nossos clientes e fornecedores e, em especial, a dedicação de nossos colaboradores, maiores responsáveis pelas conquistas da Yara.

Porto Alegre, 19 de abril de 2021

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	227.027	91.812	244.201	108.353
Contas a receber de clientes	6	2.094.988	1.546.612	2.094.988	1.546.612
Contas a receber - Partes relacionadas	20	6.455	2.572	6.455	2.572
Estoques	7	7.601.702	3.171.345	7.601.702	3.171.345
Créditos tributários	8	242.494	159.440	242.792	160.493
Instrumentos financeiros derivativos	19	12.518	8.927	12.518	8.927
Outras contas a receber	9	295.982	122.878	296.051	124.249
Despesas do exercício seguinte		24.691	23.022	24.691	23.022
		10.505.857	5.126.608	10.523.398	5.145.573
Ativos classificados como mantidos para venda	15	2.443.792	4.994	2.443.792	4.994
Total do Circulante		12.949.649	5.131.602	12.967.190	5.150.567
Ativo não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	181.614	45.065	181.614	45.065
Depósitos judiciais	24	28.806	32.724	28.892	32.810
Créditos tributários	8	637.305	669.428	637.305	669.428
Contas a receber - Partes relacionadas	20	24.764	23.319	–	–
Outras contas a receber	9	30.170	34.586	30.170	34.586
Outros investimentos		–	1.591	–	1.591
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	12	117.602	88.516	117.602	88.516
Imobilizado - líquido	13	4.328.870	8.193.879	4.328.870	8.193.879
Intangível - líquido	14	232.013	385.071	232.013	385.071
Total do Ativo não Circulante		5.581.144	9.474.179	5.556.466	9.450.946
Total do Ativo		**18.530.793**	**14.605.781**	**18.523.656**	**14.601.513**

Passivo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	17	870.710	464.296	870.710	464.358
Fornecedores - Partes relacionadas	20	2.492.016	561.053	2.492.016	561.053
Adiantamento de clientes	18	2.743.576	1.465.262	2.743.576	1.465.262
Empréstimos - Partes relacionadas	20	8.225.190	6.900.660	8.225.190	6.900.660
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais	24	7.096	8.582	8.357	8.802
Salários, encargos sociais e tributários a pagar	21	67.935	67.736	68.072	68.852
Arrendamento mercantil a pagar		38.568	43.717	38.568	43.717
Provisões diversas	22	783.009	324.011	783.010	324.011
Instrumentos financeiros derivativos	19	44.930	34.159	44.930	34.159
Outras contas a pagar	23	268.835	407.192	268.835	407.192
Provisão para desmobilização de ativos	25	34.521	12.407	34.521	12.407
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	15	50.586	–	50.586	–
Total do Circulante		15.626.972	10.289.075	15.628.371	10.290.473
Passivo não Circulante					
Empréstimos - Partes relacionadas	20	1.986.851	732.735	1.995.186	740.655
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais	24	224.216	204.854	226.043	206.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–	–	–	331
Encargos sociais e tributários a pagar	21	–	112	–	112
Provisão para perda em investimento	11	13.477	11.634	–	–
Arrendamento mercantil a pagar		79.810	48.167	79.810	48.167
Outras contas a pagar	23	71.270	182.285	71.270	182.285
Benefícios a empregados		–	27.060	–	27.060
Provisão para desmobilização de ativos	25	108.067	142.720	108.067	142.720
Total do Passivo não Circulante		2.483.691	1.349.567	2.480.376	1.348.094
Patrimônio Líquido					
Capital social	26	5.611.088	5.611.088	5.611.088	5.611.088
Reserva de capital	26	86.980	86.980	86.980	86.980
Ajuste de avaliação patrimonial		(247.027)	(249.820)	(247.027)	(249.820)
Prejuízos Acumulados		(5.030.911)	(2.481.109)	(5.030.911)	(2.481.109)
Atribuído à:					
Participação dos Acionistas Controladores		420.130	2.967.139	420.130	2.967.139
Participação dos Acionistas não Controladores		–	–	(5.221)	(4.193)
Total do Patrimônio Líquido		420.130	2.967.139	414.909	2.962.946
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**18.530.793**	**14.605.781**	**18.523.656**	**14.601.513**

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo do Exercício	(2.547.009)	(151.933)	(2.548.037)	(151.654)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(2.547.009)**	**(151.933)**	**(2.548.037)**	**(151.654)**
Total do resultado abrangente atribuído à:				
Participação dos acionistas controladores			(2.547.009)	(151.933)
Participação dos acionistas não controladores			(1.028)	279
			(2.548.037)	**(151.654)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		**4.961.088**	**86.980**	**(256.086)**	**(2.306.509)**	**2.485.473**	**(4.472)**	**2.481.001**
Aumento Capital Social	11	650.000	–	–	–	650.000	–	650.000
Realização da reserva		–	–	(407)	407	–	–	–
Realização GICS	4	–	–	23.074	(23.074)	–	–	–
Acervo líquido incorporação	33	–	–	(16.401)	–	(16.401)	–	(16.401)
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(151.933)	(151.933)	279	(151.654)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		**5.611.088**	**86.980**	**(249.820)**	**(2.481.109)**	**2.967.139**	**(4.193)**	**2.962.946**
Realização da reserva		–	–	2.793	(2.793)	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(2.547.009)	(2.547.009)	(1.028)	(2.548.037)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		**5.611.088**	**86.980**	**(247.027)**	**(5.030.911)**	**420.130**	**(5.221)**	**414.909**

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita operacional líquida	27	23.857.996	15.477.665	23.857.996	16.016.156
Custo das vendas e serviços	28	(23.021.534)	(14.026.946)	(23.021.695)	(14.587.594)
Lucro Bruto		836.462	1.450.719	836.301	1.428.562
Receitas e Despesas Operacionais					
Despesas com vendas	28	(273.376)	(168.068)	(273.376)	(170.658)
Despesas administrativas	28	(622.773)	(450.878)	(624.223)	(494.539)
Remuneração dos administradores	20	(1.427)	(1.260)	(1.427)	(1.260)
Despesas financeiras	30	(511.684)	(386.139)	(513.681)	(482.824)
Receitas financeiras	30	280.733	238.516	281.194	260.992
Variação cambial líquida	30	(265.945)	(663.826)	(265.945)	(651.523)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	29	(2.123.034)	(22.828)	(2.123.089)	(26.695)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.843)	(202.955)	–	–
Total das despesas operacionais líquidas		(3.519.349)	(1.657.438)	(3.520.547)	(1.566.507)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e CSLL		(2.682.887)	(206.719)	(2.684.246)	(137.945)
Imposto de Renda e CSLL					
Imposto corrente	10	(671)	(12.333)	(671)	(13.435)
Imposto diferido		136.549	67.119	136.880	(274)
Prejuízo do Exercício		**(2.547.009)**	**(151.933)**	**(2.548.037)**	**(151.654)**
Atribuído à:					
Participação dos acionistas controladores				(2.547.009)	(151.933)
Participação dos acionistas não controladores				(1.028)	279
				(2.548.037)	**(151.654)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(2.547.009)	(151.933)	(2.548.037)	(151.654)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) aos fluxos de caixa:					
Provisão (reversão) para riscos de crédito	6	12.763	24.460	12.763	17.269
Provisão (reversão) para valor presente	6	13.340	12.816	13.340	11.944
Provisão (reversão) para realização de estoque	7	313.486	31.216	313.486	18.189
Equivalência patrimonial	11	1.843	202.955	–	–
Depreciações e amortizações	13,14	414.664	313.066	414.664	346.062
Provisão para Impairment de ativos	13,14	2.154.884	–	2.154.884	–
Amortizações do direito de uso do arrendamento mercantil	12	57.174	32.157	57.174	32.157
Perda (ganho) na venda/baixa de ativo imobilizado	29	(21.745)	7.840	(21.745)	12.334
Outras provisões		81.246	171.195	81.246	109.907
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, trabalhistas e ambientais		35.735	(13.059)	36.693	67.986
Juros arrendamento mercantil		7.960	9.471	7.960	9.472
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos		327.811	251.826	328.226	251.826
Variação cambial não realizada		(335.127)	(90.322)	(335.127)	(90.322)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(136.549)	(67.118)	(136.880)	274
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos		7.180	18.856	7.180	18.856
		387.656	753.426	385.827	654.300
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Aumento (redução) em contas a receber de clientes		(524.829)	(152.266)	(524.829)	(164.476)
Aumento (redução) em contas a receber - partes relacionadas		(5.328)	12.553	(3.882)	1.334
Aumento (redução) em estoques		(4.850.572)	(514.348)	(4.850.572)	(506.342)
Aumento (redução) em créditos tributários		(234.654)	89.652	(233.899)	72.757
Aumento (redução) em depósitos judiciais		3.918	(12.196)	3.918	(11.090)
Aumento (redução) em outras contas a receber		(172.933)	(50.702)	(171.631)	(59.179)
Aumento (redução) em fornecedores		275.917	98.615	275.856	168.738
Aumento (redução) em fornecedores - partes relacionadas		1.930.963	393.027	1.930.963	402.946
Aumento (redução) em adiantamento de clientes		1.278.314	364.376	1.278.314	401.900
Aumento (redução) em encargos sociais e tributários a pagar		(115)	15.493	(115)	10.159
Aumento (redução) em outras contas a pagar		421.634	144.320	420.654	94.510
Aumento (redução) em arrendamento mercantil, juros		(6.941)	(9.751)	(6.941)	(11.051)
Juros pagos		(324.536)	(251.289)	(324.536)	(251.290)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais		(1.821.506)	880.910	(1.820.873)	803.217
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos, efeito líquido		–	(1.591)	–	(1.591)
Aquisição de imobilizado e intangível	13,15	(593.069)	(920.635)	(593.069)	(1.288.864)
Aquisição da participação de minoritários		(299.925)	–	(299.925)	–
Caixa líquido inicial de empresa incorporada		–	140.417	–	–
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimentos		(892.994)	(781.809)	(892.994)	(1.290.455)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	20	19.004.904	9.633.762	19.004.904	10.139.293
Pagamento de empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	20	(16.094.406)	(10.351.956)	(16.094.406)	(10.351.956)
Pagamento arrendamento mercantil		(60.783)	(41.568)	(60.783)	(47.109)
Aumento capital social	26	–	650.000	–	650.000
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		2.849.715	(109.762)	2.849.715	390.228
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		135.215	(10.661)	135.848	(97.010)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	91.812	102.473	108.353	205.363
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	227.027	91.812	244.201	108.353
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	**5**	**135.215**	**(10.661)**	**135.848**	**(97.010)**

continua →

continuação **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas** para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 da Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional: Informações gerais: A Yara Brasil Fertilizantes S.A. ("Yara" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo controle é exercido pelo grupo norueguês Yara. A sede social está localizada na Av. Carlos Gomes, 1672, Porto Alegre - RS. A Companhia comercializa soluções de nutrição de culturas baseadas na produção de fertilizantes incluindo um amplo portifólio de produtos à base de nitrogênio e fertilizante composto (NPK) que contém todos os três principais nutrientes das plantas: nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), bem como soluções foliares e de fertirrigação através de micronutrientes. A Yara Brasil possui escritório em São Paulo e Porto Alegre, cinco fábricas e 14 unidades misturadoras próprias e opera em locais de distribuição com dispersão para abastecer os principais mercados agrícolas do Brasil. As controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 11. Conforme divulgado na nota explicativa nº 4, em 01 de dezembro de 2020, a Yara Brasil Fertilizantes S.A. deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sociedade-controlada GICS Indústria, Comércio e Serviços S.A. Em 01 de agosto de 2021 a Eurochem assinou um acordo com a Yara Brasil Fertilizantes S.A. para venda do projeto de mineração e beneficiamento de fosfato em Serra do Salitre com contraprestação em dinheiro no valor de R$ 2,1 bilhões equivalente a US$ 410 milhões. Os ativos e passivos do projeto de mineração de Salitre, que incluem em sua maioria créditos tributários e estoque, no valor de R$ 255 milhões, estão classificados como disponível para venda, conforme divulgado NE 15 - Ativos e passivos disponíveis para venda. A transação foi concluída em 22 de fevereiro de 2022. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em XX de XXXX de 2021 Capital circulante negativo: Em 31 de dezembro de 2021, a Yara apresenta em suas Demonstrações Financeiras consolidadas capital circulante líquido negativo no montante de R$ 2.642.151 (R$ 5.139.906 em 2020). O passivo circulante consolidado em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 15.609.341 (R$ 10.290.473 em 2020) e desse total a Companhia possui contas a pagar com o acionista controlador no montante de R$ 8.225.190 (R$ 6.990.660 em 2020). O capital circulante negativo é justificado pelos expressivos investimentos do grupo Yara na expansão de suas operações no Brasil. Esses investimentos são financiados através de linhas de crédito junto a sua controladora na Noruega e demais empresas do Grupo Yara. A Administração da Companhia obteve confirmação que terá o contínuo suporte da casa matriz e que as linhas de créditos serão mantidas e renovadas na medida necessária e dessa forma as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Impactos da COVID-19: Em atendimento a orientação de divulgação dos potenciais impactos da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras da Companhia, considerando cuidadosamente os principais riscos e incertezas advindos desta análise e observadas as normas contábeis, a Companhia trabalhou na análise de possíveis impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a segurança e integridade das pessoas e de seus ativos atendendo as determinações das autoridades de saúde . Dentre as ações mais relevantes destacamos a instituição do trabalho remoto para os colaboradores das áreas administrativas, além da criação de um comitê de crise, o qual se reúne periodicamente visando a definição das estratégias e tomada de decisões a frente dos temas relacionados à Covid-19. **2. Principais Políticas Contábeis: 2.1. Base de elaboração e preparação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras da Yara incluem as Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados e convertidos em normas através das resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em real (R$), que é a moeda funcional da Yara, com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados ao seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Yara e de suas controladas a seguir relacionadas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios sobre suas atividades.

Empresa consolidada	Tipo de Controlada	Participação 2021	Participação 2020
Amoniasul Serv. Refrig. Industrial Ltda.	Direta	100,00%	100,00%
IFC Ind. de Fertilizantes de Cubatão S.A.	Direta	54,99%	54,99%

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controladora e as controladas são eliminadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na rubrica "Participações dos acionistas não controladores". Lucros não realizados entre operações com a controladora e controladas são eliminados na avaliação dos investimentos. Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas diretas e indiretas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **2.3. Combinação de negócios:** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. O ágio resultante de uma combinação de negócios representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis na respectiva data de aquisição. O ágio não é amortizado, sendo sujeito ao teste de "impairment" anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por "impairment" é registrado de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. Demonstrações Financeiras individuais: Nas Demonstrações Financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Yara no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Yara no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às Demonstrações Financeiras consolidadas descritos anteriormente. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. **2.5. Reconhecimento de receita:** De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de contratos de clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a Companhia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente. É mensurada a valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **2.6. Arrendamentos:** A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja arrendatária. Exceções se aplicam para arrendamento de prazo de no máximo 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor como computadores pessoais e pequenos itens de móveis de escritórios. Para esses arrendamentos a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento e apresentado em uma linha separada do balanço patrimonial. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na data ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada do balanço patrimonial. **2.7. Moeda estrangeira:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Yara, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final do exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.8. Tributação:** O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável a geração de lucro tributável futuro para sua realização. A análise da realização do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício, sendo o saldo ajustado na medida em que a realização não seja mais provável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. **2.9. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.10. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A Companhia incorre em custos relacionados com a avaliação e exploração de minas de fosfato e potássio. Gastos para adquirir tais minerais, para perfurar e equipar as minas são capitalizados como despesas de exploração e avaliação dentro de ativos intangíveis até que o projeto atinja a fase de desenvolvimento. Se, na sequência da avaliação, a mina explorada não consiga provar a existência de reservas, os custos anteriormente capitalizados são avaliados para baixa ou testado para "impairment". Se as reservas forem provadas, as despesas com a avaliação e exploração que foram capitalizadas são transferidas de exploração e avaliação de recursos minerais (ativos intangíveis) para imobilizado em andamento (ativo imobilizado), quando o objeto atingir a fase de desenvolvimento. **2.11. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia analisa se há indicações de que o valor contábil de um ativo, tangível e intangível, não será recuperado. Caso haja indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e saldos de ágio originados da combinação de negócios são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de perda do valor recuperável. O montante recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) o valor justo menos os custos na venda; e (b) o valor em uso, que é mensurado com base nos fluxos de caixa futuros descontado, antes dos impostos. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.12. Bens destinados a venda:** Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável por meio de uma venda e não pelo seu uso contínuo e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. **2.13. Contas a receber:** Estão apresentadas a valores de custo amortizado, menos perdas do valor recuperável, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes no final do exercício. As contas a receber de clientes são ajustadas a valor presente à uma taxa de 1,0% para vendas indexadas ao dólar e 1,4% para vendas no mercado interno. A provisão para riscos de créditos é calculada com base nas perdas estimadas na análise de cada crédito e seu montante é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização do saldo das contas a receber. **2.14. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção (absorção). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **2.15. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão reconhecidas pelo valor de custo, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **2.16. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações legais ou constituídas como resultado de um evento passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, a provisão é mensurada com base no desconto a valor presente dos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.17. Obrigações com desmobilização de ativos:** As obrigações para desmobilização de ativos constituem-se principalmente de custos com encerramento de atividades. A mensuração inicial é reconhecida como obrigação descontada a valor presente e acrescida as variações nos resultados. O custo de desmobilização de ativos é equivalente à obrigação inicial, sendo capitalizada como parte do valor contábil do ativo e subsequentemente amortizado durante o período de vida útil do ativo. **2.18. Benefícios a empregados: 2.18.1. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no Programa de Participação nos Resultados - PPR, que é um sistema coletivo de bônus para todos os empregados efetivos da Yara. O reconhecimento dar-se-á por meio do pagamento de valores preestabelecidos em relação dos resultados atingidos. **2.18.2. Demais benefícios:** A Companhia tem vários planos de benefícios aos empregados, planos de assistência médica, fundo de pensão de previdência privada, auxílio creche, licença maternidade/paternidade estendida, entre outros que são mensurados pelo montante dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. **2.19. Custo dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.20. Instrumentos financeiros - pronunciamento técnico CPC 48: 2.20.1.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos Ativos financeiros: Conforme pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a mesma reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo, a soma da contrapartida recebida e a receber e os ganhos ou a perda acumulada é reconhecida no resultado. **2.20.2. Método de juros efetivos:** O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumento de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia capitaliza os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de ativo qualificável. A capitalização cessa quando as atividades necessárias para preparar o ativo para o uso pretendido estejam completadas. **2.20.3. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **2.20.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio. A nota explicativa nº 19 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **2.21. Normas e interpretações técnicas novas, revisadas e emitidas:** Os seguintes pronunciamentos, emitidos pelo CPC, entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021: (a) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 - Alteração dos pronunciamentos técnicos: (I) CPC 06 (R2) - Arrendamentos; (II) CPC 11 - Contratos de Seguros; (III) CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; (IV) CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras. (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros; (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual; (IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido; (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato; (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura; (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis; (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis; (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes em sua Demonstração Financeira. **3. Estimativas Contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Yara descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A revisão pode afetar apenas este período, ou também períodos posteriores. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **3.1. Imposto de renda diferido e contribuição social:** Projeções de lucro preparadas pela Companhia, as quais contêm muitas premissas e julgamentos e que objetivam mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros para suportar a realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo reconhecidos. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor do que as estimativas efetuadas ao determinar a necessidade de reconhecer o imposto de renda e a contribuição social. **3.2. Vida útil dos bens do imobilizado:** A vida útil dos ativos pode variar devido a vários fatores. A vida útil dos bens do imobilizado também afeta o custo do teste de recuperação. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment") dos ativos:** No fim de cada período de relatório a Companhia revisa os saldos do imobilizado e do intangível, incluindo ágio gerado em combinação de negócios, avaliando se há uma indicação de que esses ativos sofreram uma redução em seus valores recuperáveis (valor em uso). A Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável de cada ativo, calculando o fluxo de caixa futuro individual descontado ao valor presente, ajustando o saldo dos respectivos ativos, se necessário. Para o grupo de ativos que compõem o centro de mineração Serra do Salitre, objeto de venda no exercício de 2021, a base de estimativa para calculo do impairment foi o valor recuperável de acordo com o valor de mercado, conforme negociação firmada. **3.4. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa de desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a avaliação de consultores jurídicos. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.5. Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios:** Quando realizada alguma combinação de negócio, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3), os custos da entidade adquirida devem ser alocados aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença a maior entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos a valor justo e na determinação da sua vida útil remanescente. Geralmente são contratados especialistas externos de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que podem incluir estimativas de fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativas de fluxos de caixa descontados ou taxas de descontos e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **3.6. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Quando há indicação de redução ao valor recuperável, a diretoria da Companhia considera a estimativa de fluxos de caixa futuros. O montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras que foram incorridas), descontado à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro (ou seja, a taxa de juros efetiva computada no reconhecimento inicial). **3.7. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais:** A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos, de natureza fiscal, cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme descrito na nota explicativa n° 24. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. **3.8. Provisão para desmobilização de ativos:** A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme nota explicativa n° 25. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. **3.9. Mensurações ao valor justo e processos de avaliação:** Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis (Nível 1). Quando não há informações disponíveis, são utilizados a valores justos cotados pelas instituições financeiras contrapartes. A Companhia utilizou uma técnica de avaliação que inclui informações que não são baseadas em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. De acordo com o CPC 46, divulgações adicionais foram feitas (conforme nota explicativa nº 20) sobre as técnicas de avaliação e as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de diversos ativos e passivos. **4. Incorporação da GICS:** Em 31 de outubro de 2020 foi celebrado o Protocolo de Incorporação e Justificação da controlada GICS Indústria, Comércio e Serviços S.A. pela Companhia. Essa incorporação se justificou pelos seguintes motivos: (a) otimizar a eficiência do negócio mediante a concentração das atividades da GICS e da Yara Brasil em uma única companhia, evitando a duplicidade de custos e a superposição de operações pelas duas empresas; e (b) da incorporação resultará a otimização da eficiência operacional da Yara Brasil, bem como maior sinergia e ampla integração e unidade administrativa, comercial e financeira, com redução de custos operacionais. Com base em laudo de avaliação a valores contábeis do acervo líquido da GICS, com data base de 30 de novembro de 2020, a Yara Brasil deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 01 de dezembro de 2020, a incorporação societária, tendo o seguinte acervo contábil incorporado na data-base:

continua

continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 da Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma mencionado)

Ativo	
Circulante	
Caixas e equivalentes de caixa	184.367
Contas a receber	83.694
Estoques	213.339
Impostos a recuperar	29.806
Despesas antecipadas	15.052
Outras contas a receber	11.906
Não circulante	
Contas a receber	6.411
Impostos a recuperar	273.739
Depósitos judiciais	2.343
Imposto de renda e contribuição social diferidos	192.994
Imobilizado	3.904.607
Intangível	97.276
Total dos ativos	**5.015.534**
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	75.331
Adiantamentos de clientes	74.257
Obrigações tributárias	3.153
Obrigações trabalhistas	3.774
Provisões para contingências	21.798
Imposto de renda e contribuição social diferidos	52.138
Outras contas a pagar	11.481
Não circulante	
Fornecedores partes relacionadas	15.547
Empréstimos com partes relacionadas	3.373.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos	127.588
Provisões para contingências	62.246
Total dos passivos	3.820.851
Acervo líquido incorporado	1.194.683
Movimentação entre data do laudo até a data da incorporação	(119.249)
Acervo líquido final	**1.075.434**

5. Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo dessa rubrica no final do exercício está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	17	34	17	34
Bancos	140.958	58.032	141.073	74.573
Aplicações financeiras	86.052	33.746	103.111	33.746
Total	**227.027**	**91.812**	**244.201**	**108.353**

Em 2021, as aplicações financeiras da Yara são da modalidade compromissada e o rendimento média foi de 75% da variação do CDI (75% em 2020). **6. Contas a Receber de Clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes - no Brasil	2.328.738	1.759.450	2.328.738	1.759.450
Contas a receber de clientes - no exterior	6.039	848	6.039	848
(–) Ajuste a valor presente	(76.277)	(62.937)	(76.277)	(62.937)
(–) Provisão para risco de crédito	(163.512)	(150.749)	(163.512)	(150.749)
Total do contas a receber	**2.094.988**	**1.546.612**	**2.094.988**	**1.546.612**

A composição de contas a receber de clientes por vencimento, líquida do ajuste a valor presente e desconsiderando provisão para riscos de crédito é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Valores a vencer	1.974.453	1.373.957
Vencidos:		
Até 30 dias	50.495	41.911
Entre 31 e 60 dias	9.224	30.185
Entre 61 e 90 dias	4.680	19.885
Entre 91 e 180 dias	11.784	50.857
Acima de 181 dias	207.864	180.566
Total no contas a receber	**2.258.500**	**1.697.361**

A Companhia possui seguro para risco de crédito, conforme divulgado na nota explicativa nº 32. Com base na análise fundamentalista de cada cliente, e para atenuar o risco com perdas nos recebimentos, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise que contempla o histórico de perdas, a situação individual do cliente, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos, o patrimônio do cliente livre de ônus e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Do saldo de valores vencidos, R$ 34.275 (R$ 41.504) possuem garantias solidas com Alienação Fiduciária de Bens. A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo inicial	(150.749)	(133.480)
Créditos provisionados	(22.019)	(25.330)
Créditos recuperados no período	8.964	8.061
Saldo Incorporação Galvani	–	–
Créditos baixados definitivamente	292	–
Saldo final	**(163.512)**	**(150.749)**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a concentração das vendas para um único cliente não representava mais do que 10% das receitas totais.

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Produtos prontos	2.810	256.977
Produtos em elaboração	2.213.076	1.198.535
Estoque em poder de terceiros	1.929.158	589.555
Embalagens	86.083	102.162
Importação em andamento (i)	3.579.803	957.406
Almoxarifado	172.382	134.833
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(381.610)	(68.124)
Total	**7.601.702**	**3.171.345**

A movimentação da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo Inicial	(68.124)	(36.908)
Saldo Aquisição Galvani	–	(15.019)
Constituição provisão	(592.476)	(15.593)
Provisão utilizada	211.932	(604)
Provisão revertida	67.058	–
Saldo Final	**(381.610)**	**(68.124)**

(i) Em 2021 houve expressivo aumento no preço de diversos materiais como KCL, NPK e MAP, causados pela forte demanda global de fertilizantes, restrições na oferta de nutrientes e reflexos da pandemia da COVID-19.Também tivemos restrições na oferta chinesa de nitrogênio e fósforo, além dos impactos da alta no custo do gás natural. Os custos logísticos também aumentaram, especialmente o custo com demurrage. **8. Créditos Tributários:** O saldo dos créditos tributários está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2021	2020	2021	2020
ICMS a recuperar	13.274	1.764	13.274	1.764
PIS/COFINS a recuperar	225.600	154.321	225.601	154.321
Imposto de renda e contribuição social a compensar	–	1.269	297	2.322
Outros Tributos a recuperar	3.620	2.086	3.620	2.086
Total	**242.494**	**159.440**	**242.792**	**160.493**
Não Circulante				
ICMS a recuperar	137.466	235.937	137.466	235.937
Provisão perda ICMS a recuperar	(22.748)	(100.428)	(22.748)	(100.428)
PIS/COFINS a recuperar	324.217	487.008	324.217	487.008
Provisão perda PIS/COFINS a recuperar	(12.488)	(19.434)	(12.488)	(19.434)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	198.763	40.693	198.763	40.693
Outros Tributos a recuperar	12.095	25.652	12.095	25.652
	637.305	**669.428**	**637.305**	**669.428**

Créditos de PIS/COFINS a recuperar: A Companhia acumula créditos de PIS/COFINS no curso normal de sua operação em virtude que as vendas de fertilizantes não são tributadas das referidas contribuições, mas alguns insumos utilizados na produção de fertilizantes são tributados. A Companhia credita-se de PIS/COFINS sobre estes insumos e aquisições de imobilizado, bem como apropria outros créditos permitidos pela legislação. Estes créditos serão recuperados mediante pedidos de ressarcimentos ou de compensação com outros tributos federais. Durante o exercício de 2021, foram compensados R$ 231 milhões (R$ 252 milhões em 2020). Com o advento da promulgação da Lei 13.670/18, art. 74, fica vedada a utilização de créditos tributários cuja origem esteja atrelada a processos de fiscalização em curso. Além disso, desde agosto/2018 a Companhia possui o direito de pagamento de contribuições previdenciárias através de compensação com créditos tributários, o que motivou a companhia a reavaliar a classificação de curto/longo prazo para melhor evidenciação contábil quanto a realização de seu ativo. ICMS a recuperar: A Companhia acumula créditos de ICMS em determinados Estados decorrentes da alíquota reduzida na venda de fertilizantes em operações internas. A Companhia vem buscando alternativas para a realização dos créditos de ICMS, como transferência do crédito a terceiros e uso do crédito para compra de ativo fixo. Sobre a parcela de créditos considerada não recuperável pela Companhia, foi reconhecida provisão para perda. O convênio 100/97, por muito tempo não tributou os fertilizantes nas operações internas, o que resultava em uma carga tributária de 0% nas operações internas na maioria dos Estados (com exceção da BA, onde a alíquota interna já era de 4%). Para as operações entre dois Estados diferentes, a carga tributária era reduzida para 4,90% ou 8,4%. A Companhia acumulava créditos de ICMS em determinados Estados. Assim, buscou-se alternativas para a realização dos créditos de ICMS, como transferência do crédito a terceiros e uso do crédito para compra de ativo fixo. Sobre a parcela de créditos considerada não recuperável pela Companhia, foi reconhecida provisão para perda. Em 2021, o Convênio ICMS 100/97, com as alterações trazidas pelo convênio 26/21, introduziu a carga tributária nas operações internas (a depender de cada estado) e de importação. Para as operações interestaduais, trouxe redução da carga tributária. Considerando esse cenário, foram realizadas projeções sobre as mudanças e verificou-se que haverá consumo de grande parte dos créditos, principalmente nos estados de MG e PR. Diante disso, foi revertido parte da provisão (R$ 57,8 milhões). Além disso, aproximadamente R$ 55,5 milhões de crédito de ICMS serão transferidos para Salitre Fertilizantes Ltda. como parte da venda do projeto Salitre, foram reclassificados para o Ativo disponível para venda. Imposto de renda e contribuição social a compensar: Refere-se a antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuadas no exercício e em exercícios anteriores e que serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento.

A seguir a movimentação das provisões de impostos:

	2021			2020		
	Saldo inicial	Reversão	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Provisão perda ICMS a recuperar	(100.428)	77.680	(22.748)	(78.499)	(21.929)	(100.428)
Provisão perda PIS/COFINS a recuperar	(19.434)	6.946	(12.488)	(2.830)	(16.604)	(19.434)
Total	**(119.862)**	**(84.626)**	**(35.236)**	**(81.329)**	**(38.533)**	**(119.862)**

9. Outras Contas a Receber: A seguir a abertura de outras contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos de funcionários	738	7.305	738	7.305
Credores diversos (i)	161.510	63.631	161.579	65.002
Adiantamentos a fornecedores e representantes (ii)	133.734	51.942	133.734	51.942
Outras contas a receber	**295.982**	**122.878**	**296.051**	**124.249**
Créditos a receber com Bom Jesus	2.620	6.682	2.620	6.682
Credores diversos	27.550	27.904	27.550	27.904
Não circulante	**30.170**	**34.586**	**30.170**	**34.586**

(i) Em 2021 houve um aumento significativo no reconhecimento dos valores de rebates, especialmente nas compras com a Mosaic, com recebimentos trimestrais, anual e extras, conforme atingimento de metas definidas em contrato. (ii) Em 2021 a Companhia registrou aumento no volume de adiantamento de comissões a representantes, em função do aumento de adiantamento de clientes. O aumento foi devido a questões de mercado, tais como: cotação do dólar favorável, produtor capitalizado, bons preços dos grãos, intenção de garantir produto, entre outros. **10. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Composição dos tributos diferidos:** A Companhia reconhece créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. O imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) diferidos são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social	–	53.747	–	53.747
Provisão para realização de estoque	94.020	6.459	94.020	6.459
Provisão para perdas de estoque	22.588	7.548	22.588	7.548
Provisão para serviços de consultorias prestados	32.534	9.648	32.534	9.648
Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias	43.219	42.560	43.219	42.560
Provisão para remuneração variável	22.419	20.179	22.419	20.179
Provisão para impairment	706.514	16.180	706.514	16.180
VA Provisão para impairment	(612.659)	–	(612.659)	–
Provisão de comissões sobre vendas	21.855	16.238	21.855	16.238
Provisão ambiental	20.112	8.676	20.112	8.676
Ajuste a valor presente	25.935	21.399	25.935	21.399
Atualização e depreciação desmobilização de ativos	22.371	12.613	22.371	12.613
Ágio/Valor Justo em combinação de negócios	(105.991)	(99.349)	(105.991)	(99.349)
Custo atribuído	(25.661)	(25.960)	(25.661)	(25.960)
Juros Capitalizados para Ativos (CPC 20)	(111.248)	(111.248)	(111.248)	(111.248)
Outras diferenças temporárias	25.606	66.377	25.606	66.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**181.614**	**45.065**	**181.614**	**44.735**
Ativo não circulante	181.614	97.203	181.614	97.203
Passivo não circulante	–	(52.138)	–	(52.468)
Total	**181.614**	**45.065**	**181.614**	**44.735**

b) Período estimado de realização: A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão, respectivamente, realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada nos estudos técnicos realizados e aprovados pelo Conselho de Administração. A projeção da Administração para realização dos saldos dos ativos fiscais e passivos fiscais das diferenças temporárias exceto os prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2021 é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ano	Ativo	Passivo
2022	1.078.990	(904.251)
2023	314.911	(283.626)
2024	64.004	(88.413)
Total	**1.457.904**	**(1.276.290)**

Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora possui prejuízos fiscais no valor R$ 2.600.374 passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros para os quais não foi reconhecido crédito fiscal diferido devido ao fato de não haver no momento, segurança suficiente quanto à sua recuperação. **c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social registrados na demonstração do resultado foram calculados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes da tributação	(2.682.887)	(206.719)	(2.684.246)	(137.945)
Alíquota aplicável	34%	34%	34%	34%
	912.181	70.284	912.644	46.901
Ajustes nos valores de imposto de renda e contribuição social apresentados nos exercícios - Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(626)	(69.005)	–	–
Adições/(exclusões) permanentes	(42.637)	(2.394)	(42.963)	(11.928)
Outros ajustes	–	558	–	558
Imposto diferido não constituído	–	–	(432)	(386)
Exclusão benefício fiscal do ICMS Presumido (i)	76.479	49.114	76.479	49.114
Perda de prejuízos fiscais cisão (ii)	–	–	–	(104.679)
Compensação de prejuízos fiscais	–	5.584	–	6.066
Benefícios fiscais	–	644	–	644
Crédito diferido não ativado sobre Impairment (iii)	(612.660)	–	(612.660)	–
Crédito diferido não ativado sobre Prejuízo Fiscal (iii)	(196.525)	–	(196.525)	–
Imposto de renda de anos anteriores (iii)	(671)	–	(671)	–
Ajuste Saldo Inicial diferenças temporárias	337	–	337	–
	135.878	**54.786**	**136.209**	**(13.709)**
Imposto corrente	(671)	(12.333)	(671)	(13.435)
Imposto diferido	136.549	67.119	136.880	(274)

(i) Conforme decisão do STJ em favor da Yara, refere-se ao direito de excluir da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social o crédito presumido de ICMS. (ii) O saldo de prejuízo fiscal vinculado a GICS foi baixado após a incorporação, conforme determina a legislação, o que gerou uma despesa de R$104.679 no consolidado em 2020. (iii) Em 2021 foi reconhecido provisão *("Valuation Allowance")* sobre o diferido gerado sobre o Impairment de Salitre (R$ 612.660) e sobre a totalidade do Prejuízo Fiscal (R$ 196.525). Houve também o reconhecimento de Imposto de Renda referente a anos anteriores (R$ 671). Tais figuras não impactaram a apuração de Imposto de Renda corrente, desta forma devem ser considerados para conciliar o Imposto corrente e diferido no resultado.

11. Investimentos: Em 31 de Dezembro de 2021, as participações em empresas controladas estão a seguir demonstradas:

	Galvani Indústria e Comércio de Serviços	Amoniasul	IFC Indústria de Fertilizantes de Cubatão	Total
Informações sobre a empresa				
Quotas de capital	–	220.000	64.501.979	–
Total do patrimônio líquido	–	(7.097)	(11.601)	–
Prejuízo líquido do exercício	–	(586)	(2.286)	–
Nº de quotas possuídas	–	220.000	35.469.638	–
Percentual de participação em 31/12/2021	–	100%	54,99%	–
Saldo em 31/12/2019	**1.396.470**	**(5.251)**	**(5.462)**	**1.385.757**
Equivalência patrimonial	(202.034)	(1.261)	340	(202.955)
Efeito incorporação de mais-valias da GICS	(119.002)	–	–	(119.002)
Acervo líquido - incorporação GICS	(1.075.434)	–	–	(1.075.434)
Saldo em 31/12/2020	**–**	**(6.512)**	**(5.122)**	**(11.634)**
Resultado equivalência patrimonial	–	(586)	(1.257)	(1.843)
Saldo em 31/12/2021	**–**	**(7.098)**	**(6.379)**	**(13.477)**

12. Arrendamento Mercantil - Direito de Uso de Ativos: A Companhia e suas controladas adotam o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (IFRS 16) Arrendamentos, o qual introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários.

	Vida Útil	2021	Controladora e Consolidado 2020
Transporte e logística	3,9 anos	62.517	72.417
Armazenagem	1,7 anos	39.178	5.707
Terreno	9 anos	16.102	16.608
Prédios	8,6 anos	47.401	30.348
Outros	4 anos	62.618	50.542
Total de arrendamento mercantil		**227.816**	**175.622**
Depreciação acumulada		**(110.214)**	**(87.106)**
Transporte e logística		(38.935)	(35.993)
Armazenagem		(3.658)	(5.325)
Terreno		(5.243)	(4.375)
Prédios		(13.280)	(8.258)
Outros		(49.098)	(33.154)
Total Líquido		**117.602**	**88.516**

Classe	2020	Adições	Remensuração	Depreciação	Controladora e Consolidado 2021
Transporte e logística	36.424	13.201	(1.439)	(24.605)	23.581
Armazenagem	382	39.178	–	(4.039)	35.521
Terreno	12.233	598	(1.105)	(867)	10.859
Prédios	22.090	–	17.054	(5.022)	34.122
Outros	17.387	2.465	16.308	(22.641)	13.519
Total	**88.516**	**55.442**	**30.818**	**(57.174)**	**117.602**

	2019	Adições	Remensuração	Baixas Líquidas	Depreciação	Incorporação GICS	Controladora e consolidado 2020
Total Ano anterior	**86.291**	**41.445**	**277**	**(12.783)**	**(32.157)**	**5.443**	**88.516**

13. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Taxa de depreciação anual	2020	Adições	Transf. Salitre-Bens destinados a venda	Transf. Salitre-Provisão Bens Destinados a venda	(–) Provisão para ajuste ao valor de realização	Baixas	Transferências	Depreciação	Controladora e consolidado 2021
Edificações	4	1.370.486	47	(671.424)	606.277	(743.133)	(496)	1.069.191	(77.207)	1.553.741
Equipamentos e instalações	2 a 12	1.289.421	3.562	(968.510)	206.801	(242.984)	(6.403)	2.018.645	(293.174)	2.007.358
Móveis e utensílios	4 a 10	21.911	371	(6.284)	–	–	(21)	22.300	(6.451)	31.826
Ferramentas	20	1.283	–	(723)	–	–	–	1.756	(463)	1.853
Veículos	20	2.649	41	(6)	3	(3)	(682)	(1)	(1.374)	627
Outros imobilizados	10	82.253	–	(61.969)	–	–	(12)	62.387	(6.895)	75.764
Terrenos		665.071	–	(32.562)	13.362	(72.507)	(17.674)	14.160	–	569.850
Exploração e avaliação de recursos minerais		–	–	(94.941)	–	–	–	95.812	(871)	–
Imobilizado em andamento		4.771.505	724.441	(2.080.763)	973.780	(976.350)	(2.604)	(3.333.882)	(2.175)	73.952
Adiantamento a fornecedor		36.307	(5.679)	(16.729)	–	–	–	–	–	13.899
Subtotal		8.240.886	722.783	(3.933.911)	1.800.223	(2.034.977)	(27.892)	(49.632)	(388.610)	4.328.870
Provisão para ajuste ao valor de realização		(47.007)	–	–	–	47.007	–	–		–
Total		**8.193.879**	**722.783**	**(3.933.911)**	**1.800.223**	**(1.987.970)**	**(27.892)**	**(49.632)**	**(388.610)**	**4.328.870**

	2019	Adições	Transf. Salitre-Bens destinados a venda	Transf. Salitre-Provisão Bens Destinados a venda	(–) Provisão para ajuste ao valor de realização	Baixas	Transferências	Depreciação	2020
Total do ano anterior	**7.409.593**	**1.116.301**	**–**	**–**	**–**	**(10.255)**	**(1.423)**	**(320.337)**	**8.193.879**

Custos dos empréstimos: Durante o exercício de 2021, a Companhia capitalizou juros sobre empréstimos no montante de R$ 58.969 (R$ 52.685 na controladora e R$ 133.016 no consolidado em 2020), a taxa de juros média utilizada para determinar os custos dos empréstimos foi de 7,86% ao ano. Depreciação: Em 2021, a Companhia revisou as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e na controladora identificou necessidade de alterações das vidas úteis adotadas para algumas máquinas e equipamentos que representou um aumento na depreciação mensal no total de R$ 886 (R$837 em 2020). Imobilizado em andamento: Na Controladora e Consolidado, o saldo da rubrica "imobilizado em andamento" refere-se substancialmente aos investimentos realizados no Polo de Rio Grande no valor de R$ 167.714 (R$ 403.970 em 2020), relacionado ao projeto RIG Consolidation e ao Projeto Salitre no valor de R$ 73.692 (R$ 491.396 em 2020). O encerramento da obra de RIG Consolidation está previsto para o primeiro semestre de 2022. O valor recuperável dos ativos e passivos do projeto de mineração de Salitre foi reclassificado como disponível para venda. Em 2021 foi investido em modernização de máquinas e equipamentos para melhor continuidade do processo produtivo o valor de R$ 64.525 (R$ 80.678 em 2020) para conservação e aumento da vida útil dos ativos em geral, tais como trocas de partes e peças (*turnaround*) o valor de R$ 79.908 (R$ 69.094 em 2020). Provisão para impairment de ativos: De acordo com a nota 1, em função do acordo celebrado para venda do projeto de mineração e beneficiamento de fosfato em Serra do Salitre, o valor recuperável dos respectivos ativos foi determinado como inferior ao seu valor contábil e uma provisão para impairment de Imobilizado de R$ 1,8 bilhões foi reconhecida imediatamente antes da reclassificação para disponível para venda, conforme CPC 01 IAS 36. Os ativos e passivos do projeto de mineração de Salitre estão classificados como disponível para venda. A transação foi concluída em 22 de fevereiro de 2022. Outras provisões de ajuste ao valor de realização do Imobilizado foram reconhecidas imediatamente no resultado: R$ 183,3 milhões da unidade de Paulínia e R$ 4,6 milhões referente Terreno no município de Rondonópolis, valores determinados durante revisão anual do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

continua

continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 da Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma mencionado)

14. Intangível: O saldo de intangível está composto da seguinte forma:

									Controladora e Consolidado
YARA	**2020**	**Adições**	**Transf. Salitre-Bens destinados a venda**	**Transf. Salitre-Provisão ajuste ao valor de realização**	**(–) Provisão para impairment de ativos**	**Transferência**	**Baixas**	**Amortização**	**2021**
Marcas e Patentes	7.422	–	–	–	–	–	(12)	(440)	6.970
Exploração e avaliação de recursos minerais	–	–	(8.600)	–	–	8.600	–	–	–
Softwares	31.568	–	(3.607)	1.716	(4.552)	47.111	–	(18.637)	53.599
Software em desenvolvimento	5.502	781	–	–	–	(6.079)	–	–	204
Relacionamento e carteira de clientes	45.611	–	–	–	–	–	–	(6.977)	38.634
Ágio NPK	107.420	–	–	–	–	–	–	–	107.420
Ágio Catalão	25.186	–	–	–	–	–	–	–	25.186
Ágio Galvani	162.362	–	–	–	(162.362)	–	–	–	–
Total	**385.071**	**781**	**(12.207)**	**1.716**	**(166.914)**	**49.632**	**(12)**	**(26.054)**	**232.013**

	2019	**Adições**	**Incorp GICS**	**Incorporação mais-valias GICS**	**(–) Provisão para ajuste ao valor de realização**	**Transferência**	**Baixas**	**Amortização**	**2020**
Total do ano anterior	**233.910**	**2.347**	**103.195**	**64.944**	**–**	**1.423**	**–**	**(20.748)**	**385.071**

Provisão de ajuste ao valor de realização: Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio resultante de combinações de negócios, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado para teste do ''impairment'' incluem: projeções de fluxo de caixa apresentadas com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação de perpetuidade. Adicionalmente a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade considerada foram de 8,36% a.a. e 2% a.a., respectivamente. De acordo com a nota 1, o valor recuperável do Projeto Salitre foi determinado como inferior ao seu valor contábil e uma provisão de ajuste ao valor de realização de R$ 1,8 milhões foram reconhecidos imediatamente antes da reclassificação para disponível para venda, conforme CPC 01 IAS 36. Outras provisões de ajuste ao valor de realização do Intangível foram reconhecidas imediatamente no resultado: R$ 162 milhões referente ao valor do ágio contábil da aquisição da Galvani e R$ 2,8 milhões da unidade de Paulínia, determinado durante revisão anual do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia. **15. Ativos e Passivos Disponíveis para Venda:** Para a Companhia a condição para classificação como mantido para venda somente é alcançada quando o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses. Nessa condição, a Companhia classificou como disponível para venda os ativos e passivos da unidade de Olinda e Serra Salitre (i), conforme abaixo:

	2021	**2020**
Unidade de Olinda - Planta OLI1	4.582	4.994
Serra do Salitre (i)	2.388.623	–
Ativo Disponível Para Venda	**2.393.205**	**4.994**

(i) A transação de venda do complexo de mineração de Serra Salitre foi concluída em 22 de Fevereiro de 2022. A composição desses ativos e passivos é conforme segue:

	2021
Tributos a recuperar - circulante	1.905
Outros ativos - circulante	2.577
Estoques	106.729
Tributos a recuperar - não circulante	182.228
Investimentos	1.591
Imobilizado	2.133.688
Intangível	10.491
Ativo disponível para venda	**2.439.209**
Salários e benefícios	(12.755)
Outros passivos - não circulante	(7.433)
Provisão para desmobilização de ativos - não circulante	(30.398)
Passivo disponível para venda	**(50.586)**
Saldo líquido Projeto Salitre em 31 de Dezembro de 2021	**2.388.623**

16. Compromissos: A Companhia presta a clientes garantias em operações de interveniência quando relacionadas à venda de suas mercadorias. Essas garantias estão sujeitas às mesmas análises de crédito efetuadas quando da venda a prazo para seus clientes e, em 31 de dezembro 2021, apresentam os seguintes saldos:

Instituição	**2021**	**2020**
Itaú	181.503	236.778
Safra	98.337	94.825
Santander	93.464	187.127
Bradesco	118.213	–
Outros	81.855	19.331
Total	**573.372**	**538.060**

As operações de interveniência (crédito rural, CRA, CPR financeira, vendor e outros) das quais a Companhia é a garantidora tem seus vencimentos em 2022 e não se encontram registradas no balanço patrimonial. A Companhia analisa criteriosamente cada caso antes de aprovar a liberação do crédito, sempre vinculando as operações a garantias acessórias, tais como penhor, hipoteca e aval. A Companhia não espera perdas com essas operações, e, portanto, não registrou provisão. **17. Fornecedores:** Os valores de fornecedores são os seguintes:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedores nacionais	820.645	392.511	820.645	392.573
Fornecedores do exterior	50.065	71.785	50.065	71.785
	870.710	**464.296**	**870.710**	**464.358**

18. Adiantamentos de Clientes: Os adiantamentos de clientes não têm custo financeiro e estão relacionados ao pagamento de pedidos de vendas que na data do fechamento das Demonstrações Financeiras encontram-se pendentes de entrega.

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Adiantamento de Clientes	2.743.576	1.465.262	2.743.576	1.465.262
	2.743.576	**1.465.262**	**2.743.576**	**1.465.262**

19. Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações, exceto o valor principal dos instrumentos financeiros derivativos, estão integralmente reconhecidos na contabilidade e referem-se ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas pagar e financiamentos. As operações com instrumentos financeiros derivativos têm por objetivo a proteção do resultado da empresa contra variações cambiais, sem fins especulativos. **19.1. Gestão do risco de capital:** A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Índice de endividamento: O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Dívida	10.212.041	7.633.395	10.220.375	7.641.315
Caixa e equivalentes de caixa	(227.027)	(91.812)	(244.201)	(108.353)
Dívida líquida	9.985.014	7.541.583	9.976.174	7.532.962
Total do Patrimônio líquido	439.161	2.967.139	433.940	2.962.946
Índice de endividamento líquido (i)	2274%	254%	2299%	254%

O aumento no índice de endividamento se deve substancialmente a redução do Patrimônio Liquido em virtude do reconhecimento no exercício de 2021 do valor referente ao impairment de ativos, registrado em 01 de agosto de 2021 conforme Nota Explicativa nº 13 e 14. (*) A dívida é definida com linhas de financiamento com partes relacionadas A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, junto a instituições financeiras ou empresas coligadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Objetivos da administração dos riscos financeiros: A Companhia busca minimizar os efeitos dos riscos financeiros ao utilizar instrumentos financeiros derivativos e políticas de crédito. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é determinado pela matriz, bem como um monitoramento contínuo. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos. **a. Riscos de taxa de câmbio:** O risco de variação cambial sobre os empréstimos, financiamentos e contas a receber e fornecedores em moedas estrangeiras é protegido por instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos a termo de moedas - "non deliverable forward - NDF". Os valores nominais destes contratos não são registrados nas Demonstrações Financeiras. Os resultados das operações de balcão no mercado futuro de moeda, realizados e não liquidados financeiramente, em 31 de Dezembro de 2021, estão registrados nas Demonstrações Financeiras, na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos". Os principais grupos de contas atreladas à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes - no exterior	6.039	848	6.039	848
Passivo circulante e não circulante				
Fornecedores - partes relacionadas	2.848.045	561.053	2.848.045	561.053
Fornecedores do exterior	50.065	71.785	50.065	71.785
Empréstimos - partes relacionadas	10.212.040	7.633.395	10.220.375	7.633.395
Total exposição passiva- líquida	**13.104.111**	**8.265.385**	**13.112.446**	**8.265.385**
Valor exposição passiva - US$ mil	**2.348.197**	**1.590.506**	**2.349.690**	**1.590.506**

Na data de encerramento do exercício, a Companhia possuía os seguintes contratos de derivativos vigentes:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
	US$ mil	US$ mil	US$ mil	US$ mil
NDF - compromisso de compra e venda	550.000	130.000	550.000	130.000

A Companhia possui em seus estoques produtos importados que, apesar de não monetários, podem se realizar com lucro ou perda em decorrência de variações cambiais entre a data-base e a data de venda. A parcela de exposição passiva não protegida está coberta por essas posições de estoque. A taxa média ponderada acordada nos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2021 de NDF de compra e de NDF de venda foi de R$ 5,49532/US$ e R$ 5,38688/US$ respectivamente. Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Valor a receber decorrente de ganho	12.518	8.927	12.518	8.927
Valor a pagar instrumentos financeiros derivativos	(44.930)	(34.159)	(44.930)	(34.159)
Demonstração do resultado				
Perda líquida instrumento financeiro	72.002	12.895	72.002	12.895

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar o valor justo da operação no encerramento de cada exercício.

Análise de sensibilidade

					Controladora
Operação	**Valor nominal**	**Risco**	**Cenário I 10%**	**Cenário II 25%**	**Cenário III 50%**
NDF	US$ 550 milhões	Queda do dólar	(306.928)	(767.319)	(1.534.639)
Exposição operacional	US$ 545 milhões	Queda do dólar	304.137	760.343	1.520.686
Exposição Líquida	US$ -5 milhões		(2.791)	(6.976)	(13.953)
Operação	**Valor nacional**	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Exposição dívida mútuo - Parte relacionada	US$ 1.829.951 milões	– Aumento do dólar	– 1.021.204	– 2.553.010	– 5.106.02

Os cenários foram calculados com base na cotação do dólar do dia 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 5,5805/US$ (PTAX venda). **b. Riscos de taxas de juros:** Em relação ao risco sobre variações da taxa de juros, a Companhia tem financiamentos de longo prazo substancialmente com juros prefixados, para os quais não é contratado qualquer tipo de derivativo. **c. Riscos de créditos:** A Companhia está potencialmente sujeita aos riscos de créditos relacionados com as contas a receber, que é minimizado com a pulverização da carteira, com a aplicação de políticas de créditos bem definidas, as quais são revisadas e ajustadas periodicamente, bem como com garantias fidejussórias e reais para alguns créditos concedidos a clientes desprovidos de potencial patrimonial relevante para dar segurança ao risco. Em 2021 e 2020 a Companhia contratou seguro de crédito para mitigar ainda mais estes riscos, tendo a apólice vários critérios específicos segundo os quais uma parte relevante das contas a receber está protegida com este instrumento. **d. Risco de liquidez:** É o risco que existe da Yara não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros com terceiros, em decorrência de descasamentos de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Yara conta, no caso de deficiências de liquidez, com linhas de crédito disponíveis com Bancos comerciais locais e também com empresas vinculadas do grupo Yara. Os limites de créditos para estes tipos de linhas não são expressivos e tem por objetivo suprir as deficiências de liquidez ante descasamentos entre fluxos de entrada e saída. Atualmente a Companhia utiliza-se de linhas obtidas com suas partes relacionadas, que estão alinhadas com a estratégia global do Controlador e são prorrogáveis de acordo com as necessidades de caixa da Yara. **20. Saldos e Transações com Partes Relacionadas: a) Composição dos saldos de mútuos e empréstimos com partes relacionadas:**

Ativo não circulante	**Controladora**	
	2021	**2020**
Empresas Controladas		
IFC - Indústria de Fertilizantes de Cubatão	17.650	16.790
Amoniasul Serviços Ltda.	7.114	6.529
Contas a receber partes relacionadas	**24.764**	**23.319**

O contrato de mútuo com as controladas IFC e Amoniasul estão demonstrados pelo seu valor de principal corrigido pela taxa SELIC e com vencimento indeterminado .

	Controladora		**Consolidado**	
Passivo circulante	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Empréstimos passivos:				
Yara Nederland B.V. - HAN - Principal	8.150.932	6.830.342	8.150.932	6.830.342
Yara Nederland B.V. - HAN - Juros	74.258	70.318	74.258	70.318
Empréstimos partes relacionadas	**8.225.190**	**6.900.660**	**8.225.190**	**6.900.660**

	Controladora		**Consolidado**	
Passivo não circulante	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Empréstimos passivos:				
Yara Nederland B.V - HAN - Principal	1.986.851	732.735	1.986.851	732.735
Mosaic Fertilizantes S/A	–	–	8.335	7.920
Empréstimos partes relacionadas	**1.986.851**	**732.735**	**1.995.186**	**740.655**

Os contratos de mútuos com a Yara Nederland B.V. possuem as seguintes condições: • Contrato I - valor principal é de R$ 1.200 milhões captado em 07 de Dezembro de 2021 está sujeito a encargos de 13,00% a.a. com vencimento em 07 de dezembro de 2023; • Contrato II - valor principal é de US$ 141 milhões captado em maio de 2018, está sujeito a encargos correspondentes a taxa Libor acrescida de 1,42% a.a. com vencimento em maio de 2020 e renegociado em 2021 com encargos de 2,19% e com vencimento em 15 de maio de 2022; • Contrato III - valor principal é de R$ 180 milhões captado em agosto de 2019 sujeito a encargos de 7,68% com vencimento em 13 de agosto de 2020 e renegociado em 2021 com encargos de 9,30% e com vencimento em 15 de agosto de 2022. • Contrato IV - Valor principal R$ 1.435 milhões com início em 22 de outubro de 2021, sujeito a encargos 10,05% a.a. com vencimento em 23 de outubro de 2023. • Contrato V - Valor principal R$ 465 milhões com inicio em 23 de setembro de 2021, sujeito a encargos de 10,05% a.a. com vencimento em 25 de setembro de 2023. **b) Operações comerciais:**

	Controladora		**Consolidado**	
Ativo circulante	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Clientes partes relacionadas:				
Yara International ASA - HIM	4.666	1.208	4.666	1.208
Digital Farming Norway	–	819	–	819
Yara Argentina - AAR	535	498	535	498
Outros [ii]	1.254	47	1.254	47
	6.455	**2.572**	**6.455**	**2.572**

	Controladora		**Consolidado**	
Passivo circulante	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedor partes relacionadas:				
Yara Switzerland - STB [i]	2.415.356	521.294	2.415.356	521.294
Yara International ASA - HIM	30.523	27.884	30.523	27.884
Outros [iii]	46.137	11.875	46.137	11.875
	2.492.016	**561.053**	**2.492.016**	**561.053**

[i] O aumento do saldo de partes relacionadas - STB é devido a alta nos preços de matéria-prima importada. [ii] Estão classificados como outros no grupo do ativo circulante operações comerciais com as seguintes companhias que fazem parte do grupo Yara: Yara Asia AST, Yara Argentina AAR, Yara North America Inc - ANC, Yara Colômbia - CTG. [iii] Estão classificados como outros no grupo do passivo circulante operações comerciais com as seguintes companhias que fazem parte do grupo Yara: Yara Norge - APO, Yara GmbH & Co KG - HRO, Yara Argentina - AAR, Yara Belgium S.A. - HAB, Yara International Assignment - HIX, Yara International ASA, Yara UK Ltda. - YPH, Yara Colombia SAS e Cia SCA, Yara Colombia SAS - CTG, Yara AB - HYK, Yara Canada INC - TLP, Yara Vlaardingen B.V - HAR, Yara Suomi OU - UKI, Yara Rostock - RSK, Yara Sluiskil - HAS, Yara Phosphates Oy - PHP, Yara North America - ANC, Yara Catalyst - HKA.

	Controladora e consolidado	
	2021	**2020**
Aquisição de produtos e serviços no período:		
Yara Norge - APO	46.814	6.846
Yara Wlaardingen B.V. - HAR	71.371	60.354
Yara Switzerland - STB [ii]	17.506.148	9.375.380
Yara UK Ltda. - YPH	16.070	51.280
Yara Glomfjord - HLF	–	5.934
Yara International ASA - HIM	72.951	32.607
Yara Belgium S.A. - HAB	3.654	2.758
Yara Suomi OU - UKI	18.338	16.670
Yara Colombia SAS e Cia. SCA - ACC	55.369	53.420
Yara International Assignment - HIX	1.951	1.264
Yara Switzerland	730.191	109.010
Galvani Ind. Com. e Serv. Ltda.	–	100.808
Outros [i]	25.439	761
Total	**18.548.296**	**9.817.092**

[i] Estão classificados como outras operações de aquisição de produtos e serviços com as seguintes empresas grupo Yara: Yara AB - HSU, Yara International ASA - ATC, Yara Italia S.A.P. - RAN, Yara Phosphates OY - PHP, Yara GmbH & Co KG - HRO, Yara S.A. - ASA, Yara CMP, Yara Argentina - AAR; [ii] A variação no valor de aquisição de matéria-prima, principalmente em STB se dá pela alta nos preços de NPK (nitrogênio, potássio e fósforo) devido a alta demanda e fatores como problemas logísticos e climáticos. Ajustes de preço entre provisório e final também impactaram na variação.

Vendas de produtos e serviços no período:	**Controladora e Consolidado**	
	2021	**2020**
Galvani	–	539
Yara Argentina - AAR	105.215	–
Outros	18.598	–
Total	**123.813**	**539**

As transações comerciais praticadas com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. **c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração dos diretores, durante o exercício, é a seguinte:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Salários e benefícios	1.427	1.260	1.427	1.260

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para seus administradores. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo conselho de Administração considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. **21. Encargos Sociais e Tributários a Pagar:**

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Tributos a pagar (retenções)	46.743	33.985	46.880	35.101
Salários e encargos sociais a pagar (INSS/FGTS)	21.058	32.455	21.058	32.455
ICMS SINCOEX	134	1.296	134	1.296
Total	**67.935**	**67.736**	**68.072**	**68.852**
Não circulante				
ICMS SINCOEX - LP	–	112	–	112
Total	**–**	**112**	**–**	**112**

22. Provisões Diversas:	**Controladora**		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Provisões para férias e 13º salário	79.769	72.448	79.769	72.448
Provisão para participação dos empregados e administradores no resultado	70.644	65.673	70.644	65.673
Provisão para despesa com "demurrage" [i]	309.460	22.336	309.460	22.336
Provisão para comissões sobre vendas	166.648	84.954	166.648	84.954
Provisões para consultorias/auditorias	3.997	4.422	3.997	4.422
Provisões de serviços de TI	3.257	10.232	3.257	10.232
Provisões diversas [ii]	149.235	63.946	149.234	63.946
Total	**783.010**	**324.011**	**783.009**	**324.011**

[i] Em 2021 a taxa de demurrage aumentou substancialmente em função do aumento do número de dias de permanência dos navios em alguns portos. [ii] Em 2021 houve a provisão para o encerramento das operações de fertilizantes de Paulinea.

A movimentação das provisões está demonstrada abaixo:

					Controladora e consolidado
	Saldo Inicial	**Valores adicionados**	**Valores utilizados**	**Disponível para venda**	**Saldo Final**
Provisões para férias e 13º salário	72.448	67.762	(56.019)	(4.422)	79.769
Provisão para participação dos empregados e administradores no resultado	65.673	83.151	(73.474)	(4.706)	70.644
Provisão para despesa com demurrage	22.336	484.404	(197.280)	–	309.460
Provisão para comissões sobre vendas	84.954	394.118	(312.424)	–	166.648
Provisões para consultorias/auditorias	4.422	499	(924)	–	3.997
Provisões de serviços de TI	10.232	88.581	(95.556)	–	3.257
Provisões diversas	63.946	385.154	(299.866)	(2163)	149.235
Total	**324.011**	**1.503.669**	**(1.035.543)**	**(11.291)**	**783.010**

23. Outras Contas a Pagar:

	Controladora		**Consolidado**	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante				
Comissões a pagar	2.539	2.247	2.539	2.247
Devedores diversos	66.560	100.335	66.560	100.335
Aquisição Galvani - CP [i]	199.736	304.611	199.736	304.611
Total	**268.835**	**407.193**	**268.835**	**407.193**
Não Circulante				
Aquisição Galvani - LP [i]	54.860	168.979	54.860	168.979
Outros contas a pagar	16.410	13.306	16.410	13.306
Total	**71.270**	**182.285**	**71.270**	**182.285**

[i] Em 10 de julho de 2019 foi celebrado o acordo de venda da participação de 40% dos minoritários no capital da Galvani Indústria Comércio e Serviços S.A. para a controladora Yara Brasil Fertilizantes S.A. a ser pago em até três anos. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 254.596 sujeita a encargos de 2,5% a.a.

Ano	**Valor**
2022	199.737
2023	54.859
Total	**254.596**

24. Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários, Ambientais e Depósitos Judiciais: A Companhia responde a algumas reclamatórias cíveis e trabalhistas, assim como impugnou autos de infração recebidos de autoridades fiscais de diversos Estados e Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, vem questionando a constitucionalidade e a exigibilidade de alguns tributos, bem como vem discutindo, judicialmente, ativos de natureza cível e tributária, cujo desfecho depende do sucesso de teses jurídicas que estão sendo discutidas. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação, bem como na jurisprudência existente, a Companhia reconheceu a correspondente provisão, relativa às ações para as quais as chances de perda são consideradas prováveis. **I) Provisões:** Os processos para os quais foi registrada provisão estão divididos entre os seguintes assuntos:

						Controladora
	2020	**Adições**	**Baixas - Reversão**	**Baixas - Pagtos.**	**Atualização Monetária**	**2021**
Trabalhista	21.027	21.401	(2.807)	(3.930)	3.193	38.883
Cível	42.321	3.476	(7.742)	(19.341)	4.240	22.953
Tributário	61.912	1.560	–	(336)	2.142	65.279
Ambiental	88.177	28.116	–	(12.096)	–	104.197
Total	**213.436**	**54.553**	**(10.549)**	**(35.703)**	**9.575**	**231.312**

						Consolidado
	2020	**Adições**	**Baixas - Reversão**	**Baixas - Pagtos.**	**Atualização Monetária**	**2021**
Trabalhista	21.027	21.401	(2.807)	(3.930)	3.193	38.883
Cível	42.321	3.476	(7.742)	(19.341)	4.240	22.953
Tributário	61.912	1.560	–	(336)	2.142	65.279
Ambiental	90.307	28.116	–	(11.138)	–	107.285
Total	**215.566**	**54.553**	**(10.549)**	**(34.745)**	**9.575**	**234.400**

							Controladora
	2019	**Incorporação GICS**	**Adições**	**Baixas - Reversão**	**Baixas - Pagtos.**	**Atualizações**	**2020**
Total ano anterior	**128.975**	**13.900**	**80.579**	**(13.884)**	**(5.475)**	**9.341**	**213.436**

							Consolidado
	2019	**Adições**	**Baixas - Reversão**	**Baixas - Pagtos.**	**Atualizações**	**Transf. Ativo Disp. Venda - Fosnor**	**Incorporação GICS**	**2020**
Total ano anterior	**147.580**	**82.009**	**(15.040)**	**(8.877)**	**9.923**	**(13.929)**	**13.900**	**215.566**

continua →☆

★ continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 da Yara Brasil Fertilizantes S.A. (Em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma mencionado)

a) Provisões trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, diferenças salariais por equiparação salarial, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros. **b) Provisões cíveis:** A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória decorrente do curso ordinário de suas operações. **c) Provisões ambientais:** As provisões ambientais da Companhia refere-se a processos de gerenciamento de terrenos ocupados pelas plantas e são suportadas por planos que são apresentados ao órgão ambiental com suporte de legislação vigente. **d) Provisões tributárias:** A seguir a abertura das causas tributárias por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IPTU	–	659	–	659
FGTS	161	156	161	156
IPI Crédito Prêmio	56.867	54.853	56.867	54.853
ICMS	182	–	182	–
Contribuição 1/3 - férias	8.069	6.244	8.069	6.244
Total	**65.279**	**61.912**	**65.279**	**61.912**

II) Passivos contingentes não provisionados: As contingências passivas que são consideradas possíveis de perda somam em 31 de dezembro de 2021 no consolidado um total de R$ 1.496.257 (R$ 615.354 em 2020), sendo R$ 49.705 trabalhistas (R$ 52.049 em 2020), R$ 983.498 cíveis (R$ 200.134 em 2020) e R$ 355.024 tributárias (R$ 363.171 em 2020). A seguir demonstramos os processos com maior relevância de valor que não possuem provisão devido a expectativa de perda ser possível: Tributário: Períodos de 2002, 2003, 2005, 2006 e 2007, totalizando o montante supostamente devido de R$ 117.000, a título de falta de pagamento de ICMS, multa e juros. A empresa apresentou impugnação em todos os casos. O processo relativo ao ano de 2002 foi cancelado. O processo de 2003 obteve redução de R$ 29.000 e aguarda julgamento de recurso. Os processos de 2005 e 2007 estão aguardando decisão na esfera administrativa. O processo de 2006 encerrou na esfera administrativa, com saldo remanescente de cerca de R$ 2.084 foi encaminhado para execução e está sendo discutido por meio de Embargos, com caução via seguro-garantia. A Companhia possui discussão referente à utilização de créditos-prêmio de IPI. No final de 2015, a Companhia obteve decisão judicial definitiva reconhecendo o direito à restituição dos créditos. Por força de decisão judicial em mandado de segurança, a Receita Federal realizou análise da documentação relativa às exportações, aprovando crédito de aproximadamente R$ 38.000. A parte não reconhecida, foi objeto de defesa administrativa, Porém, o Tribunal Regional da 4ª Região revisou a decisão judicial para vedar a compensação do crédito-prêmio, o que resultou na revisão de ofício pela Receita Federal do crédito antes aprovado. Os débitos foram encaminhados para execução fiscal que está sendo discutido por meio de Embargos à Execução, com caução via seguro-garantia. Parte da cobrança foi objeto de constituição de provisão e o restante, equivalente a R$ 74.365, a Companhia obteve decisão favorável do Tribunal Regional da 4ª Região para cancelamento. Cível: Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Rio Grande/RS em 1998, pleiteando danos ambientais relacionados ao lançamento de ácido sulfúrico no mar. A reclamação original visava a Adubos Trevo (hoje Yara), Fertisul (hoje Bunge), Serrana (hoje Bunge), Petrobras, o armador, o clube de P&L, o operador da embarcação, incluindo uma empresa especializada estrangeira contratada para avaliar os danos potenciais. O navio foi carregado com ácido sulfúrico para vários compradores, incluindo Adubos Trevo, No entanto, a Adubos Trevo não teve responsabilidade sobre o ocorrido, já que o descarregamento de sua parte já havia sido feito e o acidente aconteceu depois que o navio saiu do terminal da Adubos Trevo. Em primeiro grau, a Adubos Trevo não foi condenada junto a outras rés, mas houve apelação por parte do MPF. Assim, em segunda instância, a Adubos Trevo acabou condenada com todas as outras empresas. O caso encontra-se no STJ, para julgamento de recursos especiais, inclusive o nosso. É considerado mais provável do que improvável que Yara tenha sucesso no caso, razão pela qual nenhuma provisão foi feita. Trabalhista: O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Judicial visando que a Companhia contratasse trabalhadores vinculados ao OGMO para sua unidade de Rio Grande/RS. A empresa já obteve decisões favoráveis em duas ações coletivas e diversas ações individuais, porém um dos casos contra a empresa ainda permanece em discussão no STF, onde se decidirá sobre a obrigatoriedade da Yara contratar esses trabalhadores e, caso o recurso da empresa não obtenha provimento, deverá ser definida ainda a data de incidência da multa aplicada pelo juízo de origem, se desde a data em que proferida a decisão, ou a partir do trânsito em julgado. Esta multa, estima-se, atingiria o montante de R$ 78.453 no cenário mais conservador (R$ 75.000 para 2019). Parte da cobrança foi objeto de constituição de provisão e o restante, equivalente a R$ 74.393, possui perda possível, conforme parecer de assessores jurídicos. A Yara acredita que há mais de 50% de chance de perder. O valor do passivo pode ser superior a US$ 5 milhões, conforme já referido. Uma provisão de R$ 4 milhões foi feita após discussões entre o Jurídico e a Contabilidade com base na estimativa atual da Yara de um acordo viável com o Ministério Público do Trabalho. O valor atualizado da provisão é de R$ 4,1 milhões devido à correção monetária e taxa de conversão que são geradas automaticamente pelo sistema interno de gestão de processos judiciais da Yara. A Yara está revisando e refinando essas estimativas contábeis com um advogado externo e um especialista. O SINDIQUÍMICA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Cachoeirinha, Alvorada e Guaíba - RS ajuizou ação coletiva em 2020 em face da Yara Brasil Fertilizantes para discutir a natureza salarial da parcela paga pela empresa à título de participação nos lucros e resultados. De 2011 a 2019, os sindicatos (Sindifértil e Sinquímica), estavam em disputa judicial para representar as unidades/escritórios da Yara em Porto Alegre e Canoas. Nesse período, a Yara solicitou que a Federação dos Sindicatos representasse a categoria de funcionários para que houvesse a participação do sindicato no programa de participação nos lucros (até 2020 era uma exigência legal). Em 2019, o Sindiquímica foi reestabelecido como representante sindical das unidades/escritórios da Yara em Porto Alegre e Canoas. No final de 2020, o Sindiquímica ajuizou ação coletiva contra a Yara alegando que o Programa de Participação nos Lucros da Yara dos últimos 5 anos (2016-2020) deveria ser considerado salário por não ter sido acordado com o Sindiquímica. Essa mudança na classificação significaria o pagamento de impostos adicionais e benefícios aos funcionários pela Yara, uma parte dos quais seria paga aos funcionários. A Yara acredita ter bons argumentos para sustentar a validade do Programa de Participação nos Lucros pago em 2016, 2017, 2018 e 2019 quando o Programa teve a participação da Federação na época em que foi negociado. No entanto, para 2020, é considerado perda provável em relação à Yara. Para 2016, 2017, 2018 e 2019, o valor envolvido e estimado em caso de perda é de, aproximadamente, R$ 31,7 milhões (aproximadamente US$ 6 milhões), sendo a chance de perda classificada como possível. Para 2020 um valor de aproximadamente R$ 8,7 milhões (cerca de US$ 1,64 milhões) está provisionado, considerando a chance de perda provável. A atualização da provisão é de R$ 9,11 milhões (cerca de US$ 1,72 milhões) devido à correção monetária e taxa de conversão que são geradas automaticamente pelo sistema interno de gestão de processos judiciais da Yara. Foram efetuados pela Companhia depósitos judiciais diretamente relacionados com as ações judiciais e exigidos para dar continuidade às discussões. Esses depósitos estão classificados no ativo não circulante. Os depósitos estão distribuídos entre os seguintes assuntos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista	7.791	6.702	7.877	6.788
Cível	1.124	732	1.124	732
Tributário	24.031	27.621	24.031	27.621
Expectativa de perda em outros recebíveis (depósito judicial)	(4.140)	(2.331)	(4.140)	(2.331)
Total	**28.806**	**32.724**	**28.892**	**32.810**

25. Provisão para Desmobilização de Ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para Desmobilização Cubatão	80.905	86.667	80.905	86.667
Provisão para Desmobilização Lagamar	11.752	15.354	11.752	15.354
Provisão para Desmobilização Serra do Salitre	–	36.906	–	36.906
Provisão Descomissionamento Paulinia	31.749	–	31.749	–
Provisão para Desmobilização diversos	18.182	16.200	18.182	16.200
	142.588	**155.127**	**142.588**	**155.127**
Provisão para desmobilização - Circulante	34.521	12.407	34.521	12.407
Provisão para desmobilização - Não Circulante	108.067	142.720	108.067	142.720
Total	**142.588**	**155.127**	**142.588**	**155.127**

A Companhia possui provisão para desmobilização e desativação dos ativos, sendo que estes gastos ocorrerão no futuro, quando a respectiva unidade estiver no estágio de exaustão ou desativação. A provisão é estimada com base no valor esperado de fluxos de caixa a serem desembolsados e são atualizados anualmente. A provisão é apresentada ao valor presente na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, por uma taxa de desconto de aproximadamente 8% a.a. (i) O montante de Serra de Salitre foi reclassifcado para disponível para venda. **26. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Em 20 de agosto de 2020 foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 650.000 mediante a emissão de 725.608 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Para o ano de 2021 a Companhia não teve alterações no seu Capital Social. **b) Reserva de capital:** Referem-se à reserva especial de ágio na incorporação da Fertibrás S.A. em 2007 e reservas de capital sobre subvenções governamentais, antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 no valor de R$ 85.899 e de R$ 1.081, respectivamente. **c) Ajuste de avaliação patrimonial:** É composto de saldos de reavaliações de ativos efetuados em 1984 e 1995 nas contas de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos, as quais foram admitidas como parte integrante do valor de custos dos respectivos bens. Parcela desta reavaliação realizada foi incorporada ao capital social. A realização contra a rubrica "Lucros acumulados" ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável. **d) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e não deve exceder 20% do capital social. Em razão dos prejuízos acumulados, a Companhia não vem constituindo a reserva legal. **e) Dividendos, juros sobre capital próprio e remessa de lucros:** O estatuto prevê o pagamento de dividendos obrigatórios mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado pela reserva legal, de contingências e de lucros a realizar. As ações preferenciais terão direito a dividendos 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito a voto, gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Yara e participarão, proporcionalmente, junto com as ações ordinárias, dos dividendos mínimos obrigatórios. **27. Receita Operacional Líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita da venda de produtos	24.366.004	15.668.330	24.366.004	16.258.745
Receita de serviços prestados	753.645	610.523	753.645	611.019
Receita bruta	25.119.649	16.278.853	25.119.649	16.869.764
Impostos sobre vendas	(828.913)	(463.247)	(828.913)	(502.052)
Devoluções e abatimentos	(154.049)	(119.914)	(154.049)	(133.042)
Outras deduções	(278.691)	(218.027)	(278.691)	(218.514)
Total	**23.857.996**	**15.477.665**	**23.857.996**	**16.016.156**

28. Custos e Despesas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matérias-primas e materiais de produção	(20.656.506)	(12.337.184)	(20.656.506)	(12.684.424)
Fretes	(745.108)	(557.032)	(745.108)	(618.837)
Despesas com serviços contratados	(316.028)	(174.133)	(317.583)	(265.300)
Despesas com pessoal	(792.653)	(647.603)	(792.655)	(693.429)
Depreciação e amortização	(414.664)	(313.066)	(414.464)	(346.062)
Despesas com manutenção	(184.933)	(145.293)	(184.951)	(145.332)
Participação nos lucros	(63.957)	(53.063)	(63.957)	(56.710)
Despesas comerciais	(268.137)	(164.001)	(268.137)	(166.270)
Arrendamentos operacionais	(71.531)	(85.182)	(71.531)	(85.182)
Despesas com impostos	(47.907)	(34.574)	(47.946)	(35.903)
Outras despesas (i)	(356.259)	(134.761)	(356.255)	(155.342)
Total	**(23.917.683)**	**(14.645.892)**	**(23.919.294)**	**(15.252.791)**
Custo das vendas e serviços	(23.021.534)	(14.026.946)	(23.021.695)	(14.587.594)
Despesas com vendas	(273.376)	(168.068)	(273.376)	(170.658)
Despesas administrativas	(622.773)	(450.878)	(624.223)	(494.539)
Total	**(23.917.683)**	**(14.645.892)**	**(23.919.294)**	**(15.252.791)**

(i) Aumento no custo da matéria-prima para fertilizante composto (NPK) no mercado internacional e elevação no custo do frete marítimo.

29. Outras Receitas e Despesas Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas operacionais				
Venda de bens patrimoniais	49.650	1.538	49.650	1.538
Reversão de provisão para contingências	7.294	5.663	7.294	5.663
Receita de aluguel	–	45	–	45
Outras receitas operacionais	19.099	43.535	19.047	43.517
Reversão provisão para perdas diversas	984	2.553	984	2.553
Total	**77.027**	**53.334**	**76.975**	**53.316**
Outras despesas operacionais				
Custo na baixa de bens	(27.905)	(11.956)	(27.905)	(14.383)
Provisão para realização de crédito tributário de ICMS	61.553	545	61.553	545
Provisão para perdas diversas (i)	(2.193.217)	(17.348)	(2.193.217)	(17.348)
Provisão para riscos	–	(47.015)	–	(47.499)
Provisão para contingências	(38.827)	–	(38.827)	–
Outras despesas operacionais	(1.665)	(388)	(1.668)	(1.326)
Total	**(2.200.061)**	**(76.162)**	**(2.200.064)**	**(80.011)**
Total das receitas (despesas) operacionais líquidas	**(2.123.034)**	**(22.828)**	**(2.123.089)**	**(26.695)**

(i) O valor recuperável dos ativos da planta de Salitre foi determinado como inferior ao seu valor contábil e uma provisão de ajuste ao valor de realização de R$ 2 bilhões foi reconhecida. **30. Resultado Financeiro:** O resultado financeiro é composto de receitas e despesas financeiras, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	4.045	1.282	4.505	4.126
Juros recebidos	12.122	22.911	12.122	23.032
Variações monetárias ativas	1.155	6.976	1.156	6.781
Juros embutidos no preço das vendas a prazo	237.642	206.391	237.642	217.278
Outras receitas financeiras	25.769	956	25.769	9.775
Total Receitas financeiras	**280.733**	**238.516**	**281.194**	**260.992**
Despesas financeiras				
Perda líquida instrumento financeiro	(72.002)	(12.895)	(72.002)	(12.895)
Juros sobre a dívida	(327.810)	(257.739)	(328.986)	(431.002)
Variações monetárias passivas	(205)	(357)	(205)	(357)
Descontos financeiros	(44.561)	(30.437)	(44.561)	(30.437)
Atualização da desmobilização	–	–	–	(1.893)
Outras despesas financeiras	(126.075)	(137.395)	(126.895)	(139.255)
Juros Capitalizados	58.969	52.684	58.968	133.015
Total Despesas financeiras	**(511.684)**	**(386.139)**	**(513.681)**	**(482.824)**
Variação cambial líquida				
Variações cambiais ativas	1.243.401	1.235.631	1.243.401	1.250.612
Variações cambiais passivas	(1.509.346)	(1.899.457)	(1.509.346)	(1.902.135)
Total Variação cambial líquida	**(265.945)**	**(663.826)**	**(265.945)**	**(651.523)**

31. Benefícios a Empregados: A Companhia contribui para Fundo de Pensão de Previdência Privada para seus funcionários, com base em plano contratual de contribuição definida. Uma vez que estas contribuições são pagas, a Companhia não tem outras obrigações com os participantes do plano. A companhia possuía, através da aquisição da Vale Cubatão Fertilizantes Ltda., o plano de benefícios de Pensão e aposentadoria Vale Mais-Valia, que foi migrado no ano de 2020 para o atual plano de benefícios previdenciários da Yara, o plano de benefício e previdência SulAmérica. O número de participantes é de 2.677 (2.307 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia, no ano de 2021 efetuou contribuições no montante de R$ 13.715 distribuídas entre os planos PGBL e VGBL (R$ 10.069 no ano 2020). **32. Seguros:** A Companhia transfere através da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o patrimônio da Yara, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. O valor da cobertura contratado é avaliado pela Administração da Yara apoiado pelos consultores de seguro e estão compatíveis com seu porte e operações. As coberturas em 31 de dezembro de 2021 são:

	Controladora		Consolidado	
Modalidade:	2021	2020	2021	2020
Responsabilidade civil	334.142	233.233	334.142	233.233
Responsabilidade civil de Administradores	90.000	90.000	90.000	90.000
Riscos de crédito	500.000	500.000	500.000	500.000
Riscos de engenharia	3.188.499	4.423.805	3.188.499	4.423.805
Riscos operacionais	2.189.750	1.732.500	2.189.750	1.732.500
Veículos	5.264	8.281	5.264	8.281

A Companhia mantém também cobertura de seguro sobre o transporte internacional, estando esta valorada por um percentual sobre o custo do produto transportado. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **33. Transações que não afetaram o caixa:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2021	2020
Custo dos empréstimos capitalizados ao intangível e imobilizado	58.968	133.016
Fornecedores de intangível e imobilizado não pagos	71.528	37.201
Ativos mantidos para venda	2.443.792	4.994
Passivos mantidos para venda	(50.586)	–
Arrendamento mercantil direito de uso e obrigações de arrendamento	86.258	41.445
Acervo líquido incorporação	–	16.401
Incorporação GICS	–	1.075.434
Total	**2.609.960**	**1.308.491**

34. Evento Subsequente: a) Após encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Yara tornou-se acionista da Orbia - razão social Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. adquirindo 14% das ações da companhia, no montante de R$ 80.000. A Orbia é uma plataforma de comércio digital do agronegócio, e funciona como um marketplace de insumos agrícolas e programas de pontos, com olhar às necessidades dos produtores rurais. O investimento realizado pela Yara apresenta total sinergia com a estratégia de digitalização da Companhia. b) A transação para venda do projeto de mineração e beneficiamento de fosfato em Serra do Salitre descrito na nota expicatica n° 1 foi concluída em 22 de fevereiro de 2022. c) A invasão russa a Ucrânia em fevereiro de 2022 trouxe maiores riscos geopolíticos para os mercados globais e operações comerciais. Em resposta ao conflito, o grupo norueguês Yara estabeleceu equipes de gerenciamento de crise, tanto em nível estratégico quanto operacional, para coordenar o planejamento e a gestão diária da situação. As prioridades da Companhia globalmente são resguardar seus funcionários, terceiros, parceiros e sociedade; ser uma empresa responsável e operar de acordo com os regulamentos, sanções e diretrizes governamentais; e manter as operações em andamento, para apoiar o contínuo fornecimento de alimentos, bem como o fornecimento de outros produtos essenciais para sociedade - também em tempos de crise. Espera-se que a guerra tenha grandes impactos na indústria de alimentos e fertilizantes, com Rússia e Ucrânia sendo significativas na cadeia global de valor dos alimentos, representando uma grande parcela da produção mundial e da exportação de grãos. O efeito financeiro da guerra para Yara não pode ser confiavelmente estimado nesta fase, mas uma maior volatilidade de preços, tanto nas matérias-primas como os produtos finais, são prováveis. Os investimentos diretos na Rússia e na Ucrânia são limitados, mas a Yara obtém fosfato, potássio e amônia para Rússia, e compra volumes significativos de gás natural para sua produção na Europa. Em 11 de março de 2022, o grupo norueguês Yara anunciou uma suspensão no abastecimento para várias entidades russas devido às sanções da União Europeia implementadas em 9 de março de 2022. Como consequência da elevação de preços do gás natural na Europa, o grupo norueguês Yara anunciou em 9 de março que estava restringindo temporariamente a produção em suas unidades de Ferrara (Itália) e Le Havre (França). A Yara Brasil não tem planos de restringir temporiamente volumes de produção ao longo do primeiro semestre de 2022.

DIRETORIA

Olaf Hektoen – Diretor-Presidente
Steinar Skar – Diretor Financeiro
Cleiton Mesquita Vargas – Diretor Vice-Presidente
Leonardo Santos da Silva – Diretor Vice-Presidente

CONTADOR

Diego Marchetti dos Santos Chaves
CRC/RS 096623/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Yara Brasil Fertilizantes S.A.**

Opinião: Examinamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Yara Brasil Fertilizantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Yara Brasil Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos à atenção para o fato de a Companhia realizar transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes, incluindo o suporte financeiro para a manutenção de suas operações por apresentar capital circulante líquido negativo no montante de R$ 2.642.152 mil (R$ 5.139.906 mil em 2020) devido a saldo de contas a pagar com acionista controlador no montante de R$ 8.225.190 mil (R$ 6.900.660 mil em 2020). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS
Ricardo Schenk Duque
Contador - CRC nº 1 RS 060571/O-0

Deloitte.